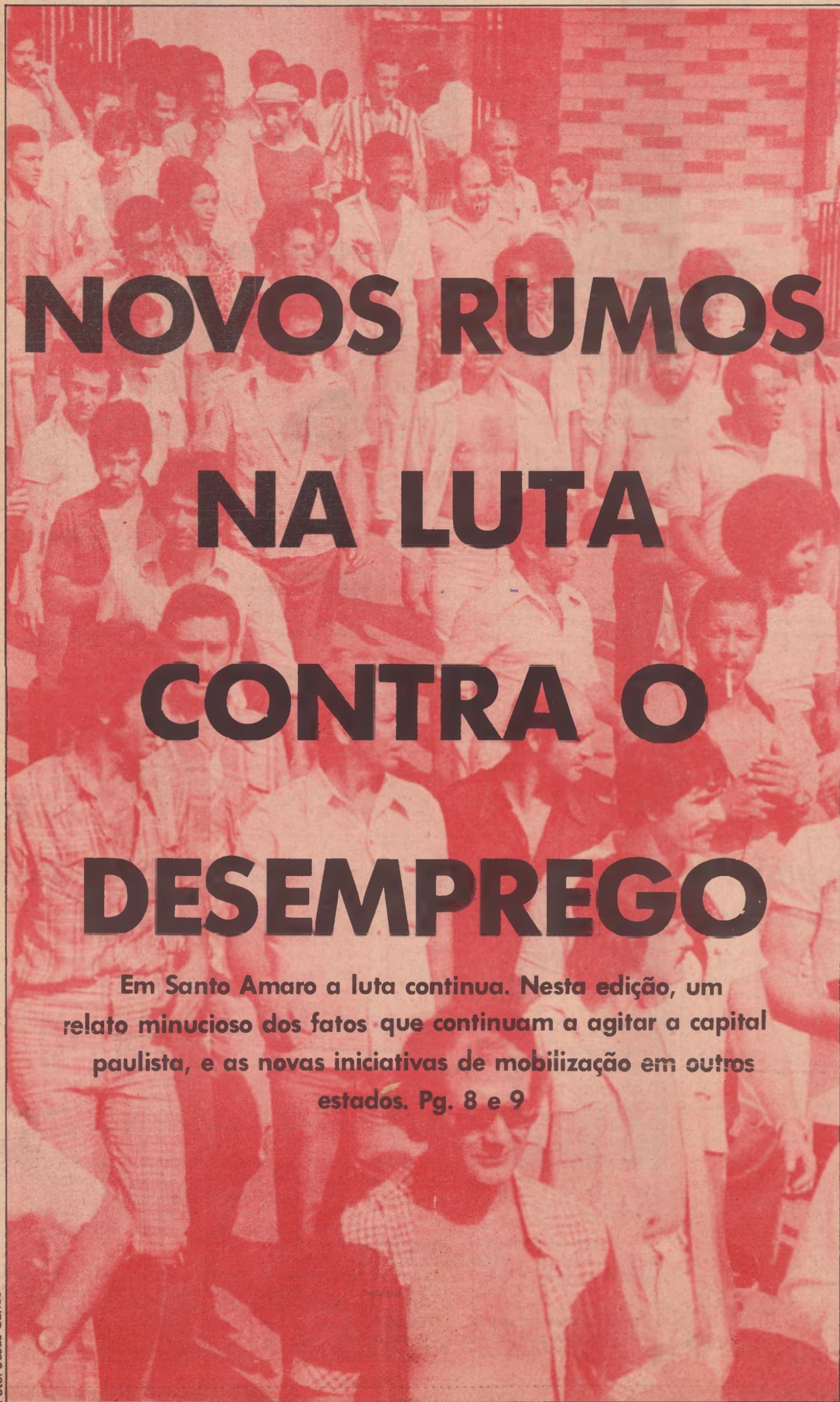


EM TEMPO:

Quinzenário Nacional • Nº 171 • Ano VI • De 19 de maio à 1 de junho de 1983 • Cr\$ 150,00

ESQUERDA:
Apoiadores do ex-jornal
Companheiro seduzidos
pela social-democracia. Pg. 7



NOVOS RUMOS NA LUTA CONTRA O DESEMPREGO

Em Santo Amaro a luta continua. Nesta edição, um relato minucioso dos fatos que continuam a agitar a capital paulista, e as novas iniciativas de mobilização em outros estados. Pg. 8 e 9

Foto: Jesus Carlos



PT — Momentos de Definição

O Partido se posiciona contra o parlamentarismo

A cobertura das convenções em SP, MG e RJ. Pg. 3 a 7

Outro torturador no Governo Montoro



Participou das sessões de tortura da sinistra Oban.

Pág. 2



Assassino impune

A justiça machista "inocenta" Marcio Stancioli.

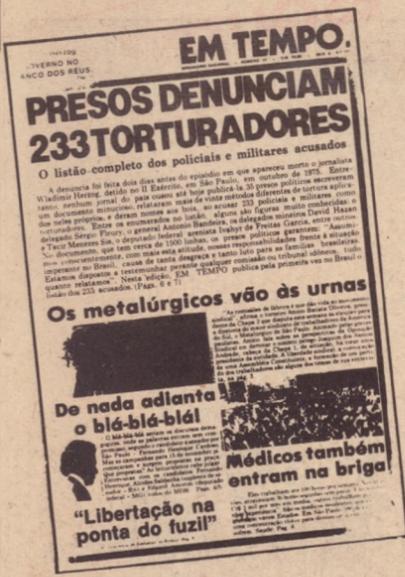
Pg. 14



Tirem as mãos da Nicarágua

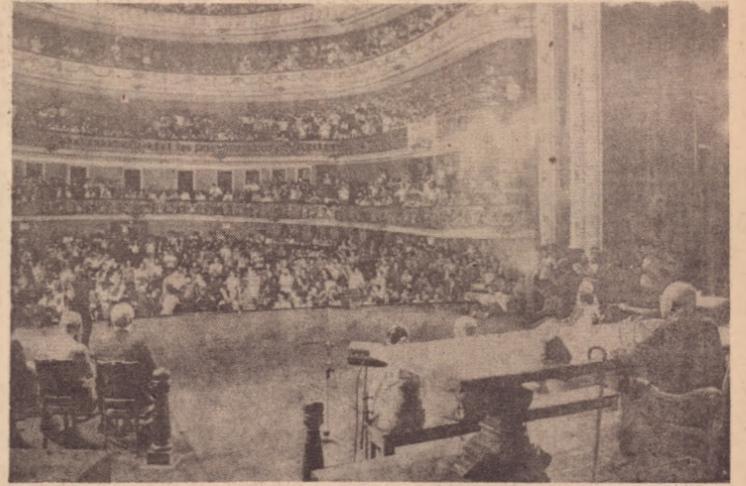
Em primeira mão, os onze pontos da dignidade.

A resposta da FSLN a Reagan. Pg. 16



Outro torturador na equipe de Montoro

O seu nome é Francisco Antonio Coutinho e Silva e participou diretamente das torturas que levaram à morte o preso político Virgílio Gomes Dail Silva.



São Paulo: as galerias lotadas no repúdio à LSN

Cresce a luta pela revogação da LSN

Foi sem dúvida a manifestação política mais importante contra a Lei de Segurança Nacional. O julgamento que teve como palco o Teatro Municipal de São Paulo reuniu milhares de pessoas em suas galerias, envolveu um extenso elenco de importantes personagens da luta democrática e soube galvanizar, com momentos de alta dramaticidade, a atenção do público presente por várias horas seguidas.

transição do regime: a manutenção do aparato repressivo e de sua cobertura legal. Hoje já somam 23 presos políticos existentes no país, condenados pela Lei de Segurança Nacional; centenas de pessoas enquadradas ou ameaçadas por esta mesma lei (ver box abaixo).

O Tribunal Tiradentes, presidido pelo ex-senador Teotônio Vilela, teve como testemunhas o jornalista Hélio Fernandes, a presidente da UNE Clara Araújo, Lula, Daniel da Comissão Pastoral da Terra, a ex-presença política Rosalina Santa Cruz e o ex-presos políticos Ivan Seixas. Ao final um painel extenso da violência da repressão que atingiu e atinge dos operários aos estudantes, dos jornalistas aos trabalhadores rurais, à esquerda.

Em um aparente paradoxo, a Lei de Segurança Nacional serve ao projeto de abertura política. Instrumento de intimidação às vezes, de pressão em outros momentos (como na recente campanha dos metalúrgicos do ABC quando Jair Menegheli foi ameaçado de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional), de repressão a alguns segmentos ela funciona como elemento neutralizador, de uma contestação mais aberta à ditadura, estabelecendo os parâmetros da oposição permitida.

Uma ameaça presente

A luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional constitui, sem dúvida, uma das bandeiras democráticas mais importantes na atual conjuntura. Menos do que um resquício, um apêndice de uma realidade política já superada, a Lei de Segurança Nacional toca em um dos pontos centrais do projeto de

E compõe com a CLT, a lei de greve, a proibição à livre organização dos partidos, a lei de imprensa, o estado de emergência que pode ser acionado e que faculta poderes especiais de repressão ao presidente, o decreto-lei 1632 (que proíbe greves em setores considerados essenciais) um arcabouço legal que dá conta da essência fundamentalmente antidemocrática da ordem vigente no país.

Novo escândalo ronda o governo Montoro. Após a denúncia feita na Câmara dos Deputados por Genoíno Neto da indicação do delegado Luiz Gonzaga Santos Barbosa para ser o diretor da Penitenciária do Estado, nova informação vem dar conta do casamento da equipe de governo de Montoro com notórios representantes da tortura e do obscurantismo. Desta vez, o acusado é o coronel da PM, indicado para o comando do policiamento na Zona Sul e que participou da OBAN (Operação Bandeirantes) em 1969 e entre 1971 e 1972 do DOI-CODI do II Exército.

segundo lugar, não tenho conhecimento de que havia torturas no DOI-CODI ou na OBAN."

Especificando a informação, o deputado Aírton Soares denunciou que o então capitão Coutinho participou das torturas que levaram o preso político Virgílio Gomes Dail Silva à morte. Coutinho nega: "lembro-me vagamente de que um tal Virgílio morreu no xadrez do DOI-CODI. Não tive qualquer participação em sua morte e nem me lembro direito como ela aconteceu. Faz muito tempo. Já se passaram doze anos".

Afastamento providencial

"Nada foi comprovado contra o militar, mas ele está afastado do comando do policiamento da Zona Sul, devendo exercer funções de caráter administrativo na Polícia Militar", afirmava em respostas às denúncias que ganharam repercussão na imprensa o secretário para Assuntos Políticos de Montoro, Marco Antonio Castello Branco. A remoção do militar de uma função ostensiva, pública foi, sem dúvida, uma forma de preservá-lo, ao mesmo tempo em que se prestava alguma consideração à opinião pública.

Ao mesmo tempo, o secretário da Justiça José Carlos Dias continua a manter o seu apoio à

permanência do atual diretor da Penitenciária do Estado no cargo, em nome de que as denúncias de seu envolvimento com o assassinato do preso Eduardo Leite e de maus tratos a presos não foram confirmadas.

O governo Montoro, em evidente prova de apoio à impunidade de torturadores nega assim autenticidade às denúncias feitas por documentos assinados por dezenas de presos políticos que testemunharam e sentiram na carne o terror da tortura. É evidente que este apoio à impunidade de torturadores renomados se presta a um fim político, o de manter um clima de convivência sem atritos com o governo federal, com a ditadura.

Mas o governo Montoro não tem a coragem de assumir publicamente a tese da anistia recíproca, da anistia aos torturadores tese que entra em aberto conflito com a tradição da luta pela anistia que mobilizou todos os setores democráticos da sociedade. Fugindo pela janela, faz pior: coloca em dúvida os documentos dos presos políticos, na verdade, testemunhos que passarão à história como as provas mais completas e dramáticas sobre todo um período de absoluta violação dos direitos. (J.G.)

A lista dos ameaçados, indiciados e condenados

Religiosos

Aristides Camio e François Gouriou (condenados a dez e oito anos, presos em Brasília), Sávio Corinaldesi e Sergio Toneto.

Políticos

Gerson Camata (governador do Espírito Santo, PMDB), João Cunha, Genival Tourinho e Freias Diniz (ex-deputados Humberto Cunha (PA) e Euler Ivo (Go) e Jeane Vasconcelos (Ba) (vereadores PMDB).

Jornalistas

Juvêncio Mazarolo, jornal "Nosso Tempo" de Foz do Iguaçu, condenado a 12 anos e preso em Curitiba; Cláudio Campos, Ricardo Lessa, Pedro Camargo, jornal Hora do Povo, condenados a 26 meses presos no Rio de Janeiro; Elmar Bones da Costa, Osmar Bessio Trindade, Carlos Rafael Guimarães e Rósvita Saueressing Jaux, do Coojornal, condenados a cinco meses; respondendo à apelação da sentença em liberdade, Porto Alegre; Paulo Roberto Ferreira, do

jornal Resistência; João Amazonas, Pedroso, Rogério Lustosa, Olivia Rangel da Editora Anita Garibaldi, São Paulo; Raimundo Jinkings, do jornal Resistência e Voz da Unidade; Júlio de Mesquita Neto, do Estado de São Paulo; 90 colaboradores do jornal Voz da Unidade; São Paulo; José Carlos Assis da Folha de São Paulo.

Sindicalistas, posseiros e lideranças populares

Lula, José Francisco da Silva (presidente da Contag), Jacob Bittar (presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínea, São Paulo) e outros em processo no Acre que estão sendo julgados no Amazonas; os treze posseiros do Araguaia, condenados a oito anos, presos em Belém; Luiz Daniel Veiga (vice-presidente da SPDDH); José Maria Pedroso (funcionário da CNBB-Belém); 17 colaboradores do jornal Alicerce, em Belém; 17 indiciados na Bahia.

(pesquisa elaborada pelo jornal Resistência de 01/04/83).



Fim da Lei de Segurança Nacional. Uma exigência da Nação. Campanha pela revogação da Lei de Segurança Nacional. PARTICIPE!

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a Comissão de Direitos Humanos, Comissão Pró-CUT, PT, PMDB, PDT, Intersindical Estadual do RS, e mais 50 entidades sindicais, comunitárias, estudantis, culturais, de direitos humanos e imprensa alternativa estarão promovendo, a partir do próximo dia 20 de maio um grande

simpósio pela REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL — UMA EXIGÊNCIA DA NAÇÃO.

É a seguinte a programação dos debates que se realizarão sempre às 20 horas no Plenário da Assembléia Legislativa gaúcha:

TRABALHADORES E A LSN — 20 de Maio
Jacó Bittar, pres. do Sindipetro de Campinas;

Waldemar Rossi, oposição metalúrgica de SP; Arnaldo Gonçalves, pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos; José Francisco da Silva, presidente da CONTAG. E mais a participação da Associação Riograndense de Imprensa, Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre, Coojornal e Ordem dos Advogados do Brasil/RS.

A IGREJA E A LSN — 27 de maio
D. Cândido Padim, de Baurú/SP. E mais a participação do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Justiça e Paz — CNBB, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Igreja Metodista e Igreja Episcopal do Brasil.

OS PARTIDOS E A LSN — 07 de junho
Senador Fernando Henrique Cardoso, PMDB; Senador Nelson Carneiro, PTB; Doutel de Andrade, pres. do PDT; e Luiz Eduardo Greenhalg, membro da Executiva do PT.

IMPrensa, OAB E A LSN — 15 de junho
Dr. Mário Sérgio Duarte Garcia, pres. da OAB; Barbosa Lima Sobrinho, pres. da ABI. E mais a participação da INTERSINDICAL RS, CEPERS e FETAG.

SINDICATO ORGANIZADO PELA BASE



PT/Rio de Janeiro

Avanços importantes

Recompondo as instâncias de direção do partido, traçando com rigor a demarcação do PT em relação ao governo Brizola, a VI Plenária do PT fluminense ganha um significado nacional.

Nos dias 7 e 8 de maio, no plenário da Assembléia Legislativa, o PT/RJ realizou a sua VI Plenária Democrática, com a presença de Bittar e Weffort, da Executiva Nacional.

A preparação desta plenária cumpriu papel destacado para a dinamização das várias instâncias do partido, um tanto desmobilizadas depois das eleições. Mais de uma dezena de documentos assinados por vários militantes circularam no interior do partido, promovendo discussões na maioria dos diretórios. Estes documentos versavam sobre todos os pontos da pauta: balanço eleitoral, situação nacional, relação com o governo estadual, estrutura organizativa e eleição de novo Diretório Regional.

Duas grandes questões polarizaram as discussões: a primeira diz respeito à relação do PT com o governo Brizola e a outra sobre a eleição do novo Diretório.

O PT e o governo estadual

Desde o ano passado que um setor do partido ensaiava uma postura de apoio ao governo Brizola, não descartando inclusive a participação em secretarias de estado. De lá para cá muita água passou debaixo da ponte. A nomeação dos secretários do Brizola não saiu dos quadros do PDT e mesmo assim criando insatisfação dentre os seus mais próximos colaboradores. Depois da posse algumas medidas

governamentais como por exemplo o não atendimento às reivindicações do funcionalismo público (105% de aumento) e a não resolução satisfatória do problema das ocupações de terrenos urbanos por trabalhadores sem teto, mostraram que o "socialismo moreno" do Sr. Leonel Brizola durante a campanha foi um e no governo é outro.

Dentro do PT a postura de colaboração com Brizola teve uma certa ressonância devido principalmente às posições dos parlamentares Liszt e Benedita. No entanto nas bases do partido, com o decorrer das discussões, a proposta de colaboração teve um grande rechaço. O que polarizava era se o PT devia ter uma postura de independência (e aí tínhamos diversos matizes) ou anunciar claramente que é um partido de oposição ao governo estadual.

A posição de participação no governo estava tão desgastada que na Plenária os seus defensores conclamaram a que se votasse na posição de independência, defendida no documento de Wilson, Tenório, Sidão e Clivaldo.

A proposta de oposição foi defendida pelos documentos assinados por José Emídio, Edson Santana (vereador do PT em Volta Redonda), Joaquim Soriano e outros e pelo documento de Vladimir Palmeira e outros. Um grupo de militantes, entre os quais Leal e Antonio (ex-operários da FIAT) também defendiam a

proposta de oposição, no entanto com um tom sectário, igualando o governo fluminense a outros do PMDB ou mesmo do PDS.

Na plenária, computados os votos venceu a proposta de oposição com 170 votos contra 140 para a de independência. Depois se votou a formulação da oposição e em outra votação venceu a proposta de Vladimir, Joaquim e Pedro Jr.: "A posição do PT para com um governo que não adota um claro posicionamento pelo fim da ditadura e que se acomoda aos limites por ela tolerados, que está comprometido com interesses patronais e que é sustentado por um partido populista, só pode ser de oposição. Uma oposição do ponto de vista dos trabalhadores, sem sectarismo e sem qualquer ambiguidade." A resolução explícita ainda que é "no decorrer e no campo da luta contra a ditadura e sua política econômica que se evidenciará da maneira mais completa a verdadeira face do populismo".

Eleição da direção

Outro debate que criou muita expectativa no partido foi sobre a eleição da nova direção. Também por iniciativa dos parlamentares havia a proposta de se eleger uma direção provisória que marcasse eleições diretas para a escolha de um futuro diretório regional. Esta posição foi defendida em plenária pela dep. Lucia Arruda e teve um inexpressivo número de votos. Ganhou a proposta de eleição de um diretório com 21 nomes mais 7 suplentes com mandato de um ano.

Havia oito chapas inscritas e na plenária houve recomposição entre duas: a chapa Geraldo/Vladimir juntou-se com Washington/Neiva e a Chapa José Emídio/Joaquim juntou-se com Pedro Jr/Serrano. A chapa dos que defendiam eleição direta foi retirada por um discurso da vereadora Benedita. Um discurso sectário o bastante para desvalorizar a própria plenária que se desenvolvia. Resultado: foi vaiada. Concorreram então cinco chapas: Chapa 1 (Geraldo/Washington), 67 votos; chapa 2 (J. Emídio/Joaquim), 68 votos; chapa 3 (Leal/M. Ferreira), 49 votos; chapa 4 (Wilson/Abdias), 82 votos; chapa 5 (Ciro Garcia), 5 votos e 38 delegados se abstiveram.

O presidente eleito em plenária foi Wilson Farias. O resto da executiva foi eleita na 1ª reunião do Diretório.

Outras resoluções

A Plenária aprovou um conjunto de lutas imediatas que dizem respeito à resistência dos trabalhadores contra o arrocho e o desemprego e mais: pelo fim da LSN, reforma agrária e eleições diretas em todos os níveis, inclusive para a presidência da República. A bandeira da Constituinte, Livre, Soberana e Democrática foi rejeitada por maioria de cerca de 2/3 dos delegados. "É resolução desta plenária preparar a greve geral". Assim termina a resolução sobre a greve geral que a entende como um processo de acumulação de forças e leva o PT a apoiar a proposta encaminhada pela pró-CUT.

Reunião do Diretório

Cumprindo as resoluções da plenária, reuniu-se o Diretório recém eleito. O Diretório parece disposto a assumir firmemente a direção política do partido o estado. Marcou reuniões quinzenais, se dividiu em secretarias que brevemente apresentarão planos de trabalho para todo o mandato e elegeu uma executiva. Além de Wilson Farias na presidência e Liszt Vieira, líder da bancada, a executiva ficou assim constituída: na secretaria-geral: Antônio Neiva; 1º secretário: Joaquim Soriano; Tesouraria: Luis Tenório e vogal: Leal.

Editorial

A violência das palavras usadas por alguns parlamentares do PT paulista e fluminense para caracterizar os resultados das convenções e reuniões amplas realizadas para debater os rumos do partido assustam. Falam em golpes, em rachas, da necessidade de expurgar o partido das correntes de esquerda organizada que existem no seu interior. A imprensa burguesa aproveitou-se para veicular a idéia de que o PT estaria vivendo uma crise agônica, final.

É preciso, contudo, um certo distanciamento mais além da indignação com tais comportamentos para compreender a violência e a extensão dos choques entre as várias correntes de pensamento no interior do PT. Dizíamos após as eleições, que os resultados modestos obtidos pelo partido agudizam as opções colocadas diante de seu futuro: ou bem ele se desenvolve no sentido de aprofundar as relações com o movimento de massas no sentido dirigente ou então estaria aberto o caminho para o seu isolamento como força política definitivamente marginal ou mesmo a sua cooptação por outro projeto partidário que pouco tem a haver com as origens e expectativas que o PT criou.

As reuniões e convenções agora realizadas refletem este choque entre opções que se excluem. Em grandes linhas, os que vieram a público denunciar golpes defendem uma relação mais aberta com os governos das oposições burguesas, enfatizam que o partido deve apenas representar institucionalmente os movimentos sociais e pregam a parlamentarização das estruturas do partido. Acenam sedutoramente ainda com a imagem de um partido amplo, de massas contraposto a outro projeto estreito, sectário, viado.

Ora, estas idéias são frontalmente contrárias àquelas que têm marcado o PT e que estão registrados nos documentos aprovados em suas diversas convenções. Mais ainda, colocam-se na direção oposta a preocupações expostas por vários membros da atual direção nacional do PT e de decisões firmadas pelas recentes reuniões do Diretório Nacional. Estas idéias que pregam a parlamentarização do partido são, na verdade, minoritárias no interior do partido fundamentalmente entre as suas bases organizadas e mais politizadas. Daí o desespero e a violência nas adjetivações usadas por representantes destas correntes.

Compreendendo assim os choques acontecidos, resultaria a visão de que o PT, ao invés de viver uma crise final, tateia, busca, procura os caminhos de sua transformação em um partido operário, de massas e de combate. Derrotar estas posições através do debate democrático e construtivo hoje é condição necessária para que o partido avance, embora isto, é claro, não seja suficiente.

A imprensa burguesa vai ter que esperar muito para poder saudar o fim do PT. A idéia deste partido, o seu significado histórico como expressão da luta política independente dos trabalhadores prova a cada dia a sua atualidade e deve iluminar aqueles que encaram a dificuldade e o obstáculos colocados diante de sua construção.

São Paulo

Plenária rechaça posições legalistas

A reunião do diretório regional do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, ampliada com a presença de um representante por diretório de base, deliberou, no dia 7 de maio, os critérios para as pré-convenções municipais e distritais (que se realizarão no dia 12 de junho) e a estadual (que ocorrerá em 14 de agosto). Pela quarta vez consecutiva, o diretório regional não alcançou quórum e a deliberação somente foi *formalmente* possível porque a executiva comprometeu-se a assumir as deliberações do encontro. Mas tratou-se do fórum mais representativo do PT paulista possível de reunir-se atualmente. Estiveram presentes 90 representantes de diretórios de base (dos 202 existentes), escolhidos com base em uma discussão das propostas em confronto, e 27 dos 55 integrantes do diretório regional.

As propostas centrais de normas para as pré-convenções da executiva estadual foram rechaçadas pela esmagadora maioria dos presentes. A executiva pretendia adequar o processo de pré-convenções às normas da legislação eleitoral vigente visando encaminhar a sua extinção. Sua proposta mais destrutiva para o partido era a que os delegados para a pré-convenção estadual fossem escolhidos com base no número de votos que cada diretório de base obteve nas eleições de 15 de novembro (1 delegado para cada 2.500 votos). A reunião deliberou que fosse mantido o critério tradicional do partido: um delegado para cada 63 filiados e que o quórum para retirada de delegados seja a presença na pré-convenção de pelo menos 10% dos filiados. Caso não seja

alcançado o quórum o diretório não enviará delegados e caso o quórum seja ultrapassado a delegação não será ampliada.

Atitude destrutiva

A reunião deliberou também que não existirão delegados natos (automaticamente com direito a voto) para a pré-convenção estadual, nem mesmo os integrantes da executiva estadual. Esta deliberação foi pretexto para uma descabida intervenção em plenário do deputado Marcos Aurélio Ribeiro, que afirmou não reconhecer a autoridade da reunião para deliberar sobre os temas em discussão. Nos dias seguintes foram veiculadas na imprensa burguesa freqüentes notícias atribuídas, principalmente aos deputados Marcos Aurélio Ribeiro e Sergio dos Santos — sobre a "crise" que teria eclodido no PT paulista devido a um golpe dos "grupos radicais".

A atitude destrutiva de alguns parlamentares e do setor mais a direita do partido (que pretende a todo o custo uma aproximação com os governos da oposição burguesa) explica-se pelo seu isolamento político no interior do partido.

A reunião, tumultuada pelos que não aceitaram que ela garantisse a democracia da pré-convenção, não pode deliberar sobre a pauta dos encontros e não pode discutir a fundo a proposta de critérios para a formação de chapas para o próximo diretório regional da executiva, que ela não queria colocar em discussão. Sobre estas questões prevalecerá a posição da executiva.

O partido está amadurecendo

A opinião de Eduardo Jorge, deputado estadual do PT paulista, sobre a reunião do dia 7 e suas renercessões.

As normas das pré-convenções que estavam em debate implicam numa discussão política, mas não é aí que julgo estarem as questões de fundo atualmente para o partido. As questões que hoje interessam ao partido são a definição de sua política, sobretudo em relação aos partidos e governos da oposição burguesa; as políticas específicas para os movimentos populares; e a definição mais precisa de sua estrutura interna de funcionamento e democracia. É isto que a meu ver são as questões relevantes hoje para o PT.

Já na questão que polarizou mais a reunião, a dos delegados natos, sou da opinião, aprovada também no Diretório de Itaquera, onde milito, que os delegados natos ao encontro deveriam ser apenas os membros da Executiva pois, pelos alazeres, pelo envolvimento mais intenso que têm na própria preparação do encontro, seria difícil pedir que estes companheiros passassem pelo processo normal de discussão de delegados junto às bases. Quanto aos demais acho que todos devemos passar por este processo normal de discussão e definição pelas bases de seus delegados.

Campanha contra o PT

As declarações de certos parlamentares petistas na imprensa, embora não fosse talvez esta a intenção de seus autores, acabaram

servindo para reforçar uma campanha contra o PT, de exploração de sua suposta crise ou até mesmo agonia (como alguns jornais chegaram a afirmar) que a grande imprensa vinha tentando. Além disso, na repercussão interna, desviaram a discussão dos temas realmente relevantes para ataques a correntes internas ao partido atribuindo a elas uma responsabilidade que não têm na situação atual do PT. Ao invés de abordar temas específicos regimentais estas declarações seriam mais positivas se tivessem aproveitado a oportunidade para divulgar publicamente de maneira mais ampla os temas políticos que hoje são debatidos dentro do partido.

Por último, não faz sentido se pensar que o partido esteja passando por uma crise. O PT atravessa uma fase natural de seu desenvolvimento. Uma concepção nova, que busca superar as limitações das práticas anteriores da esquerda, não se amadurece em apenas cinco anos de existência. Acabamos de sair das primeiras eleições e agora é que iremos dar passos no rumo do enfrentamento das questões centrais para nossa afirmação como partido que estão nos três níveis que eu coloquei anteriormente: a relação com as demais forças políticas, as linhas específicas para os movimentos e a estruturação interna. Há grande disposição de solução destas questões dentro do partido e isso é que é o importante e o que dá força à nossa proposta.

O PT está em crise?

A partir dos últimos encontros petistas, sobretudo no Rio e em São Paulo, a grande imprensa lança uma ofensiva sobre o partido apontando para a sua suposta "falência". Uma análise do momento vivido pelo partido, dos desafios que se abrem com a nova conjuntura, e o que está por trás das críticas desferidas contra o PT por certos parlamentares petistas.



O PT vive hoje, a nível nacional uma situação nova. Uma crise, sem dúvida. Mas não uma crise de agonia; uma crise de crescimento, natural e até mesmo previsível, dentro do processo de sua construção. O partido se formou, enfrentou sua primeira campanha nacional, as eleições, e agora se prepara e se arma para enfrentar a nova conjuntura pós-eleitoral com suas virtudes e seus perigos para a classe trabalhadora. Natural portanto que o partido se questione neste momento, autocriticamente, sobre seus erros e seus acertos, sobre suas propostas para o momento.

O centro desta crise não está na derrota eleitoral. Esta apenas revelou de modo agudo, e precipitou em forte crise, problemas mais de fundo, as limitações que o partido veio acumulando ao longo de seu processo de construção. Ao mesmo tempo o impacto da derrota vem também exigir uma rápida e profunda superação destas limitações.

A crise é política

O centro da crise do partido é político, está nas limitações da linha política adotada pelo PT ao longo destes anos. A proposta do PT nasceu a partir de definições fundamentais e que foram responsáveis por enorme poder de atração e pelas grandes esperanças suscitadas em todo o movimento operário e popular: a independência de classe a democracia interna e a combatividade nas lutas. Pela primeira vez na história contemporânea do país nasce um partido efetivamente dos trabalhadores, um fato histórico da maior importância. No

entanto estas características positivas aliadas à prática do partido não conseguiram ao longo destes três anos se transformar, numa tática política precisa para a intervenção do partido na conjuntura. A ação do PT marcou-se neste período mais pela colocação permanente e enfática, das diversas reivindicações específicas dos movimentos populares do que propriamente por uma política global própria, por uma resposta ou alternativa própria de conjunto frente à crise que vem atravessando o país. Esta prática do partido, somada a uma postura basista muitas vezes exagerada, terminou por marcar a linha política do PT com fortes traços economicistas.

Uma linha que, não partindo de uma análise precisa do momento político que o país vivia, foi incapaz de ousar colocar o partido com alternativa de direção para o movimento de massas que explodia três anos atrás. O partido passou assim estes anos sem ter uma política global na conjuntura, sem uma compreensão clara do inimigo a atacar (a ditadura militar e sua base social) dos adversários a neutralizar (a oposição burguesa) e dos aliados a enfiar numa política de frente (as forças operárias e populares). A política foi simplesmente construir o PT alicerçado na independência política dos trabalhadores e nas reivindicações dos movimentos populares.

As propostas de maior politização do partido, nas quais sempre insistimos, tiveram pouco eco neste período. Argumentava-se que elas descolariam o PT das lutas de massas, feririam a autonomia do movimento, estreitariam o partido, não provinham das bases etc. Em defesa de seu caráter "amplo, aberto, de massas, de baixo para cima" o partido chegou mesmo a distorcer exageradamente estas virtudes criando em seu interior uma verdadeira barreira a uma maior politização de sua proposta.

É esta insuficiência política que explica certos zigue-zagues do PT no período e que particularmente se evidenciaram na campanha eleitoral. Ora a política foi pura e simplesmente a afirmação da independência de classe, dando lugar muitas vezes a forte doutrinarismo obreirista. Ora, no polo oposto, a política se diluiu no mero leque das reivindicações sócio-econômicas dos movimentos populares abrindo assim espaço para perigosos deslizes reformistas. Fora das eleições, em verdade, o PT apenas fez política mesmo quando tentou colocar na rua a luta contra a Lei de Segurança Nacional. Mas mesmo esta tentativa foi muito mais fruto da ameaça de condenação dos sindicalistas do que de uma real politização da proposta petista, e é por isso que ela sequer chegou a mobilizar o próprio partido como conjunto.

Esta insuficiência política do PT tem a ver com sua origem. Os sindicalistas, a partir de suas experiências e necessidades na luta pelas reivindicações sócio-econômicas dos trabalhadores chegaram à idéia do PT empiricamente, espontaneamente, e por isso pensando o partido como simples *extensão* ou *expressão* no plano político institucional, de suas lutas. Portanto, a crise política por que passa o partido hoje remete num segundo momento, diretamente, à concepção mesma do partido que se quer construir.

A concepção de partido

A concepção petista predominante até hoje foi aquela que vê o partido como mera *expressão* dos movimentos e lutas populares. O PT deve ser o *representante*, no plano político e institucional, das reivindicações dos movimentos e lutas populares, a *expressão* política da independência dos trabalhadores etc. Nesta concepção, no limite, o partido não

precisa nem deve ter política global (pois ele apenas expressa as políticas dos movimentos) e nem estrutura orgânica centralizada e ativa com linhas setoriais para os movimentos e lutas (pois a ação é reduzida àquela dos movimentos).

Também neste nível as propostas de maior organicidade, centralização interna e maior intervenção do partido nas lutas, nas quais igualmente sempre insistimos desde a sua fundação, pouca receptividade encontraram e quase nenhuma concretização. Da mesma forma que na questão política argumentava-se que tais medidas estreitariam o partido, repetiram fórmulas ultrapassadas da esquerda, feririam as normas legais etc.

Sem uma política global para a conjuntura e moldado numa concepção de partido de expressão, nesta perspectiva, o resultado a que chegamos hoje é por um lado, no plano da luta de classes, pouco mais que um difuso movimento pela independência política dos trabalhadores e, no plano parlamentar, uma reduzidíssima bancada. Uma bancada por exemplo bem menor que aquela que o PC conquistou na legalidade de um Brasil 40 anos mais atrasado. Uma bancada nacionalmente equivalente àquelas que as organizações da extrema esquerda européia costumam alcançar em suas eleições.

O PT chega assim em 1983, três anos depois de sua fundação, com uma expressão parlamentar relativamente irrisória para fazer política institucional, e ao mesmo tempo sem política e estrutura de verdadeiro partido dos trabalhadores para ter iniciativas de peso na luta de classes em geral. As esperanças suscitadas pelos manifestos e discursos de lançamento do partido três anos atrás já não conseguem enfrentar a realidade dos fatos. Abre-se assim uma nova etapa na construção do PT.

A falência da direção paulista

Mal feito do choque e susto da derrota eleitoral o partido é cobrado agora a definir no curto prazo qual é sua política. O impacto interno da derrota e os novos desafios da conjuntura pós-15 de novembro exigem resposta urgente. É neste quadro de intensas pressões que a direção nacional do PT, pouco a pouco, começa a se mover. Mas apenas pouco a pouco e de modo ainda muito lento e parcial é que a força hegemônica no partido, o sindicalismo autêntico, parece tomar consciência da profundidade da crise e ensaiar suas tendências ou sinais de resposta à nova situação. Hoje, ao contrário de até bem pouco tempo, é voz corrente que o partido precisa ter linhas políticas, ter propostas próprias, intervir nas lutas, tem que ser centralizado, precisa de finanças e jornal orgânico e até mesmo que os núcleos tem que ser o centro da atividade inclusive com poder deliberativo na estrutura partidária. A mudança no discurso majoritário do partido, inclusive de sua direção nacional é sensível e em vários aspectos vem se aproximando do que nestes anos passados vimos insistindo. É verdade que trata-se de uma mudança ainda muito inicial e parcial e que somente este período de debates poderá revelar as consequências. Hoje, o peso da inércia das posições anteriores ainda é forte.

Esta inércia tem seu preço: ela cria um certo vazio de hegemonia no partido que, imediatamente, sobretudo nas regionais, vai já sendo ameaçado de ocupação por aquelas forças que, tendo experimentado um certo crescimento nas eleições, são mais sensíveis às pressões e

ameaças de isolamento institucional no processo da "abertura": a ala direita do partido.

A crise específica do PT paulista vem neste caminho. O partido em São Paulo, tradicionalmente, sempre esteve à direita das posições assumidas nacionalmente pelo conjunto da militância petista expressas seja nas pré-convenções nacionais, seja pelo conjunto médio das direções regionais ou até mesmo pela direção nacional.

Sobre esta tradição o PT paulista, a partir deste patamar político, vieram os resultados eleitorais e a nova situação do partido. Saída das eleições com uma bancada parlamentar um pouco aumentada e num momento de certo vazio de hegemonia deixado pelo sindicalismo autêntico, a ala direita do partido viu o campo mais aberto às suas propostas. Para alguns de seus integrantes mais afoitos o PT depois das eleições simplesmente acabou e a única saída é a incorporação ao PMDB ou PDT, atitude que não assume individualmente apenas por restrições da legislação em vigor. Mas o conjunto assume uma posição mais diplomática e prudente: o PT deve ser um partido de esquerda integrado dentro do projeto da "abertura", com relação apenas de independência (e não oposição) frente às oposições burguesas, podendo em certos casos até mesmo vir a participar de seus governos, preparando-se provavelmente para a fusão como o PDT num novo partido socialista. No fim, é a mesma posição dos mais afoitos: o PT acabou.

Esta política destes setores do partido como é óbvio tem claros desdobramentos organizativos. Para facilitá-la o PT tem que ser um

partido como os demais: não pode ter uma vida interna que assuste. A militância atrapalha as jogadas na política parlamentar, os núcleos emperram a agilidade que é necessária, as pré-convenções são incontroláveis, as secretarias agitam etc. Decorre desta contradição a recente proposta da direção estadual de mudanças nos critérios das pré-convenções, visando adequar mais e mais o partido na estrita Lei Orgânica dos Partidos, domesticá-lo organicamente enfim, reduzir ao mínimo sua democracia, tornando-o assim presa fácil à nova política geral que se ensaia. Chegou-se ao cúmulo de vozes dentro da Executiva Estadual terem espaço para clara e abertamente defenderem o fim pura e simples das pré-convenções.

Novos sinais de mudanças

No entanto, diferente do que sucedeu de outras vezes, o centro hegemônico do partido, os sindicalistas, que já vinha dando vários sinais de descontentamento frente à ofensiva da ala direita, desta vez não tomou todas suas dores. Pelo contrário, o que se assiste recentemente é um relativo descolamento do centro em relação à direita. O que é natural a partir dos sinais que a direção nacional do partido vem dando para a saída da crise, sinais que vão noutro rumo, da afirmação da proposta petista e sua ousadia em se lançar como direção das lutas sociais.

A direção nacional do partido, mais especificamente seu centro hegemônico, parece perceber que o projeto da direita é um suicídio político; como demonstramos, o fim do PT

como projeto próprio e sua absorção pelo populismo social democrata. Significaria o PT não ser nem sequer expressão dos movimentos populares para se converter em um dos polos de **contenção e controle** da luta de classes no interior da "abertura".

Mas o quadro não é apenas paulista. No Rio e em Minas, para ficar apenas nestes dois exemplos, a ala mais bem sucedida no partido em termos parlamentares (e que se situa à direita dentro do espectro das posições petistas) recentemente toma também posições ofensivas sobre o conjunto partidário. Assume publicamente propostas até bem pouco tempo indefensáveis (integração no governo Brizola, privilégio do parlamento na ação política etc.), torna-se mais agressiva nas articulações sucessórias. E, derrotada, igualmente vai à grande imprensa engrossar o caldo da "falência do PT". Foi o caso do Rio, dias atrás, quando a ala parlamentar nem mesmo conseguiu apresentar chapa à pré-convenção, tão isoladas que ficaram suas posições. E pode também vir a ser o caso em Minas onde a ala direita parece ser minoritária.

No entanto em São Paulo, a situação ainda é indefinida quanto à correlação que terminará por se revelar na pré-convenção.

Diante deste perigo e a partir das mudanças já detectáveis no discurso do centro hegemônico do partido tudo indica que o centro hegemônico da direção prepara novas propostas e articulações para retirar o partido da crise. Até onde irá esta mudança, no plano político e organizativo, rompendo com as limitações que o partido acumulou ao longo destes três anos? Esta é a questão que se coloca hoje para a direção partidária.

Diadema discute prefeitura

A administração da prefeitura de Diadema pelo Partido dos Trabalhadores tem tido na relação atritada entre o secretariado e o diretório municipal um dos seus principais problemas. A perspectiva de restabelecer um quadro de relacionamento entre o conjunto da militância do partido está, entretanto, aberta para a plenária de 21 de maio.

Por Júlio Tavares

No próximo dia 21 o Partido dos Trabalhadores vai realizar em Diadema uma convenção extraordinária para discutir sua relação com a prefeitura e com os militantes que estão em cargo de confiança.

Essa convenção extraordinária explica-se por diversos fatores. Em Diadema, o Partido dos Trabalhadores conseguiu eleger para prefeito Gilson Menezes, um dos diretores cassados do Sindicato de São Bernardo e Diadema, além de seis vereadores. A campanha eleitoral vitoriosa realiza-se com enormes dificuldades. Uma campanha verdadeiramente pobre, simples, mas inventiva. Os partidos burgueses, principalmente o PMDB, durante todo esse período fizeram uma pressão brutal, sistemática, contra o PT, mesmo depois de conhecido os resultados. Não queriam de forma alguma permitir que o domínio da administração do município passasse para as mãos dos trabalhadores. Como se pode comprovar depois, havia interesses econômicos bem fortes em jogo. Uma empresa do antigo prefeito do PMDB tinha um convênio com a prefeitura para asfaltar as ruas da cidade.

O Partido dos Trabalhadores conseguiu essa imensa vitória devido a sua estruturação democrática e militante e pelos profundos vínculos com a realidade social do município.

Diadema é uma cidade operária. Sua população é composta principalmente por metalúrgicos que participaram ativamente de todo o processo de ascensão das lutas sindicais dos anos 78/79. E, desde o surgimento do PT, a vanguarda operária da região jogou-se na construção do "partido sem patrões". Hoje no município existe um partido vibrante, dinâmico, enraizado.

Os resultados da campanha eleitoral expressam em grande parte essa realidade. Foi ela que deu forças para que a "peãozada" participasse da campanha eleitoral com muita força, com muita disposição militante raramente vista em qualquer outro momento da política em nosso país. Essa disposição, essa certeza que esse estava construindo o partido dos trabalhadores, de forma democrática, criou as condições para difundir a proposta do partido por toda a população.

Foi uma campanha de casa em casa, de ombro a ombro, de companheiro com companheiro. E os seus resultados positivos



foram sentidos pelos petistas de Diadema como um imenso impulso na construção do partido. A vitória era do partido como um todo, mas era principalmente do PT de Diadema.

Experiência de governo

Tratava-se a partir de então de demonstrar na prática que "os trabalhadores sabem governar." Uma experiência extremamente importante para o Partido e não só apenas em Diadema. As discussões sobre o que fazer tomaram conta do Partido. Era uma responsabilidade de todos. Uma responsabilidade partidária. O trabalhador iria demonstrar que também sabe governar.

Os petistas de Diadema ficaram surpreendidos. E reagiram com energia.

Não tratava-se, como maldosamente alguns companheiros do próprio partido em SP têm dito, de obreirismo, de ser contra os técnicos, de se ser basista, de só se ter olhos para Diadema. Tratava-se única e exclusivamente de exercitar a democracia partidária nos momentos realmente importantes, como na composição do secretariado. Uma forma de funcionamento que é uma das características fundamentais da proposta petista. E a forma de composição do secretariado deixava muito a desejar neste aspecto. Não tratava-se muito menos de pressões de grupos ou de qualquer grupo em particular, que estivessem em discordância com a composição do secretariado. Era na verdade a reação da "peãozada", do militante petista a um método estranho ao partido. Uma reação profundamente corrente e progressiva.

Convenção

Essa contradição, que poderia ter sido evitada e que posteriormente poderia ter sido resolvida, utilizando-se apenas o método democrático de funcionamento, não o foi. E, na sua esteira foram se acirrando os choques entre a grande maioria petista, inclusive a quase totalidade do Diretório e alguns funcionários da prefeitura, principalmente com Juraç Magalhães, devido ao seu autoritarismo. Juraç tem sido muito questionado pelas bases, inclusive pela maior parte da executiva municipal.

A Convenção terá como objetivo principal não só a relação do partido com a prefeitura, mas também o disciplinamento do PT. Todos os militantes do PT estejam ou não ocupando cargos na prefeitura, devem se orientar pelas deliberações do partido. Sejam administradores, vereadores, ou simples militantes de base têm que atuar como membros do Partido e como tal se submeterem a suas deliberações. Lula se comprometeu a dela participar juntamente com alguns membros da Executiva Estadual. Existe a expectativa de que Lula e Gilson estão sensíveis a essa situação.

Os resultados dessa convenção podem ser de extrema importância para os destinos do PT. E os petistas de Diadema a esperam com profundo otimismo.



Minas Em debate Os rumos do PT

A polêmica entre as três articulações que se apresentaram na pré-convenção (ver box) girou em torno de dois aspectos básicos: a concepção do PT e as tarefas políticas colocadas diante do partido. Uma das articulações, a integrada pelos deputados Luís Dulci e João Batista, entre outros, distribuiu aos convencionais um documento em que são feridos ou mesmo desvirtuados vários aspectos da proposta original do PT. É por esta razão que julgamos oportuno fazer uma crítica deste documento.

A primeira grande questão: qual é o papel do PT. O documento distribuído pela articulação afirma que é "...o de exprimir, no plano político-institucional mais amplo, na esfera pública, por assim dizer, as necessidades e aspirações dos movimentos sociais específicos com cuja luta se acha comprometido". Isto é uma completa redução do horizonte de atuação política do PT. Tentou-se colocar no plenário a polêmica entre um partido de massa versus um partido de quadros. A verdadeira polêmica é: qual o papel de um partido de massas como o PT? Meramente "representar" as lutas?

Um partido de massas como o PT é um partido que deve ser atuante em todos os níveis, um partido que deve estar organizando a intervenção de seus militantes em todas as frentes. A ação institucional é uma das esferas de ação do partido, e, por sinal, não é a principal.

Como consequência do papel do PT, vem a definição de como ele deve se estruturar, se organizar: será um partido de massas atuantes, organizadas ou um partido amorfo, sem vida, sem canais para estimular o trabalhador e a trabalhadora que pela primeira vez se interessam em atuar partidariamente a se desenvolver?

No documento, ao colocar o papel dos núcleos, esclarecem o partido que querem: "...não se pode pensar os núcleos do PT como instâncias de intervenção nos movimentos sociais". Isto não seria retirar o papel básico do núcleo e, portanto, praticamente aniquilá-los? E como o PT pode se transformar e se desenvolver como um partido de massas sem a existência dos núcleos?

Aliás, sobre a seriedade com que o documento trata os núcleos, basta ver a seguinte (e curiosa) proposta: "parece imprescindível que sejam propostas e discutidas outras formas de nucleação além das já existentes. É possível, por exemplo, que um grupo de pessoas se articule, não por relações de vizinhança ou de trabalho, mas por laço de amizade, como ocorreu na formação de comitês eleitorais...". Parece claro que "núcleos" de pessoas que se juntam por laços de

Um partido do "cidadão da rua",
ou dos trabalhadores organizados?
Quem articular os movimentos sociais: um
partido dos trabalhadores,
ou o parlamento burguês?

amizade não têm mesmo porque intervir nos movimentos sociais...

Autonomia ou anemia política?

Na defesa da proposta da transformação do PT em um partido meramente político-institucional, é necessário o ataque às idéias de um partido que tenha intervenção nos movimentos sociais. E esta defesa é feita em nome da bandeira da autonomia dos movimentos populares é uma das mais importantes bandeiras do PT, é ponto de nosso programa. Não podemos utilizar a defesa da autonomia para justificar uma proposta de anemia política, para justificar o que Francisco Weffort chamou de "carência política e organizatória".

Ter política para os movimentos sociais é vital para que o PT seja o partido presente em todas as lutas, dizendo a que veio. E isto de maneira alguma significa impor esta política ao movimento. Ao contrário, a ausência de política é uma das maiores responsáveis pelo "aparelhismo" que tanto avilta as várias instâncias do movimento popular.

E aqui temos um dos pontos mais contraditórios do documento. Depois de em nome da "autonomia" defender que o PT não tenha intervenção nos movimentos sociais, propõe um novo papel para o Parlamento: "...fórum de articulação e de iniciativas organizatórias do movimento popular, em vez de mero repercutidor...". O que um Partido dos Trabalhadores não pode fazer, vira tarefa de uma instituição burguesa! O que mais do que essa proposta fere a autonomia e a independência do movimento popular?

Lutas imediatas e socialismo

A orientação das tarefas do partido através da ótica político-institucional é um risco. Isto ficou evidente nos debates no Plenário, quando Luís Dulci afirmou que o PT não tem propostas imediatas,

realizáveis a curto prazo, vivendo de discursos sobre o socialismo. Perguntamos se a bandeira de redução da jornada de trabalho para 40 horas não é uma palavra de ordem acessível, uma luta imediata? É uma palavra de ordem que está em nosso programa. Luís vai adiante e afirma que não podemos ter medo de sermos taxados de reformistas. De fato, a existência de lutas imediatas não significa reformismo, se estas bandeiras estiverem articuladas com as lutas mais gerais do partido, demonstrando a partir das lutas do dia a dia a importância da "construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país". O abandono dos nossos objetivos de luta em nome de algumas conquistas imediatas, isto sim, é reformismo.

Este, por sinal, é um dos principais problemas da "esquerda tradicional" no Brasil: sempre lutou apenas pelo imediato, jamais articulando esta luta com a busca do poder para os trabalhadores.

Sentimento anti-esquerda

Exatamente na parte onde o documento fala sobre as correntes de esquerda é que ele é mais confuso.

Fala seguidamente da "esquerda tradicional". Ora, nos parece que a "esquerda tradicional" é aquela que tem orientação stalinista ou neo-stalinista, que há tempos defende a subordinação da luta dos trabalhadores aos interesses da burguesia nacional e que exatamente por isso sempre atacou a proposta do PT. Não podemos deixar de reconhecer que a "esquerda tradicional" incorre em vários desvios que desrespeitam a autonomia dos movimentos.

Pré-Convenção define processo eleitoral

A Pré-Convenção do PT mineiro realizou-se nos dias 7 e 8 de maio, com a presença de 70 delegados e a participação do companheiro Apolônio de Carvalho, em nome da Executiva Nacional. Ficou definido como será o processo de renovação do Diretório e da Executiva Estadual; foi marcada uma nova pré-convenção para meados de julho. Esta pré-convenção será precedida de debates e discussões por todo o estado, entre as várias propostas e articulações que se apresentaram. Coordenando este processo de discussão estará a Comissão Eleitoral, eleita na pré-convenção, e que conta com a participação de Sandra Starling.

Na pré-convenção se apresentaram três articulações. A primeira foi defendida em plenário por Rogério Correa, a segunda por Jorge Nahas e a terceira por Luís Dulci.

A linha central da articulação defendida por Rogério Correa é a de colocar o PT firme na luta contra o regime e a conciliação. A proposta defendida por Jorge Nahas coloca a necessidade de o PT se desenvolver como partido, presente nas lutas sociais, se afirmando como um partido dirigente. A proposta defendida

por Luís Dulci será comentada abaixo.

O sábado foi tomado por estas discussões, que tiveram o papel de abrir a polêmica para o conjunto do partido.

Houve no domingo a discussão do Plano de Ação e Conjuntura. Foram listados os pontos de consenso e vão a debate os temas polêmicos para decisão na próxima pré-convenção: dentre eles, a posição em relação ao governo Tancredo Neves, aos acordos com o FMI, à greve geral.

Finalmente a discussão do processo eleitoral. A eleição será por chapas, será aplicada a proporcionalidade para a composição do Diretório e da Executiva. A seguir o plenário propõe e vota a composição final da Executiva (presidente, secretário, etc.).

Demonstrando o espírito de que a explicitação de propostas políticas, o debate político não enfraquece o partido e a nossa unidade, foi unânime aclamada pela pré-convenção uma moção apresentada por D. Helena Greco, que afirma, no seu final, ser necessário que o debate político se dê com firmeza, mas sobre uma base ética e no compromisso com a construção do partido.

O que o documento faz nesta parte é confundir. Por quê? Em primeiro lugar porque fecha os olhos a história das lutas operárias e da própria esquerda no Brasil, colocando todo mundo no mesmo saco da "esquerda tradicional". Há várias correntes da esquerda, distintas e críticas da "esquerda tradicional" que se empenharam na construção do PT. Não podemos tratar todas da mesma maneira.

Em segundo lugar, o documento apimenta os aspectos mais negativos da esquerda stalinizada, semeando, na verdade, um confuso e problemático sentimento anti-esquerda. Que acaba atingindo o próprio PT, que não é um partido de direita e nem de centro...

Há vários ataques a práticas de vanguarda, à idéia de que um partido político reúne um setor mais consciente e ativo da classe. Há várias afirmações demagógicas sobre o PT dever ser "o partido do cidadão da rua", mais de uma vez, querendo criticar aspectos do stalinismo, o documento se volta contra a concepção clássica de partido no movimento operário.

Um plano de ação ou de inação?

Na discussão do Plano de Ação, as limitações de um PT que atue meramente no plano político-institucional ficam cristalinas. O documento da articulação citada, propõe que o PT denuncie, se oponha ao governo Tancredo Neves em "...cada atitude do governo que contrarie a sua própria pregação, cada promessa não cumprida...". Quer dizer que se o Governo Tancredo Neves for coerente com o seu próprio programa o PT ficará a aplaudir? As diferenças programáticas entre o PT e o PMDB não fundamentam a nossa posição hoje? Por que concorremos então?

Na polêmica sobre a questão da greve geral, João Batista tem se colocado contrário a que o PT a defenda, e o documento de sua articulação nada diz sobre ela. Aqui novamente uma contradição com as anteriores defesas do "respeito" às bandeiras do movimento popular: a proposta da greve geral não é defendida no Plano de Lutas aprovado no I CONCLAT? É um absurdo o PT não assumi-la, portanto.

O mais interessante foi a defesa que João Batista fez com relação aos acordos com o FMI: a proposta é de revisão. Quanto à dívida externa: "moratória multilateral negociada".

Nestas questões, o companheiro talvez preocupado com o imediato apenas, faz propostas que pouco têm a ver com as propostas aprovadas nos Encontros Nacionais do partido, particularmente o que definiu a nossa Plataforma Eleitoral. Quanto à dívida ela é clara: o PT propõe "...a suspensão de seu pagamento e a análise caso a caso, definindo-se em cada um deles pela renegociação ou pelo cancelamento".

Um partido parlamentar

Em resumo, nestas rápidas observações sobre o documento e as intervenções dos companheiros Luís Dulci, João Batista e outros no atual debate no PT, fica clara a proposta de um PT que meramente atue no plano político-institucional. Por isso se rebaixam a militância dentro do PT e as propostas políticas do partido.

Contraposta a esta visão, está a proposta original do PT, que nasceu como uma necessidade sentida por milhões de trabalhadores e não pode deixar de buscar a organização e a atuação destes milhões. O que não se fará sem luta, e nem apenas através da ação parlamentar.

Debate

PROPOSTA SOCIALISTA

PUBLICAÇÃO MENSAL DE ANÁLISE E DEBATE Nº 200.000

ECONOMIA

A crise e as propostas do PT

SOCIALISMO

A quantas anda no Brasil

MOVIMENTO POPULAR

Algumas questões de método

EDITORIAL

O que fazer, passadas as eleições.



Seduzidos pelo canto da sereia da social-democracia

Fazendo importantes revisões do marxismo, alguns dos principais militantes que integravam até há pouco tempo a corrente que editava o jornal *Companheiro* apontam para o PT o caminho da aliança com Brizola. Se utilizarmos como analogia o movimento operário europeu, poderemos dizer que suas posições programáticas colocam esta nova corrente como um grupo social-democrata de esquerda, que surgiram às dezenas em épocas de crise e convulsão social e permaneceram orbitando em torno do aparelho da II Internacional.

Por José Leite

Alguns dos principais militantes que integravam até a pouco tempo a corrente que editava o jornal *Companheiro* lançaram em São Paulo uma nova publicação. Subscrevem as posições defendidas por *Proposta Socialista* o deputado estadual Paulo Frateschi, Luis Antonio Carvalho, integrante da executiva do diretório estadual, Basilio Miranda além de alguns outros membros do PT de São Paulo.

A temática e o conteúdo da nova revista demonstram uma grande preocupação em articular uma proposta política globalizante e teoricamente fundamentada, baseada em posicionamentos sobre o que é o socialismo, um partido dos trabalhadores, o processo revolucionário, a relação do partido com o movimento de massas e o balanço da esquerda brasileira e da construção do PT.

O ponto de partida do Editorial é uma análise da situação política nacional (onde enfatiza-se a importância da discussão sobre a sucessão presidencial) e da imobilidade do PT frente a ela. Ele encontra-se "sem qualquer linha de atuação. Reduziu o seu papel político ao de mero espectador, que critica e vai, mas não consegue atuar organizadamente em defesa de alguma proposta efetiva". O partido encontra-se sem direções com uma prática despolitizada.

Constatando que o resultado das eleições representou uma profunda derrota para o PT, o editorial de *Proposta Socialista* afirma: "O problema que temos não é então o da legalização que estará em jogo em 1986. Nosso problema é de hoje, de agora.

Pois com nossos insucessos em nível nacional é o nosso projeto que estará confinado em um estado, São Paulo, com uma ou outra brecha de atuação em mais dois estados. Isto em meio a uma conjuntura de crise nacional e de realinhamento de todas as demais forças políticas... Nosso destino está sendo decidido agora... no fato de não conseguirmos atuar como uma força política nacional".

Aliança com o brizolismo

Partindo deste diagnóstico, os integrantes de *Proposta Socialista* priorizam dois temas, "as respostas do PT à questão da crise econômica e dos problemas sociais" e a "constituição de uma força política socialista a nível nacional, sendo necessário para isto avançarmos mais e mais rapidamente na definição de uma proposta socialista". E afirma: "quanto à questão da sucessão presidencial e da mobilização contra a política econômica do governo, não podemos continuar sozinhos. É preciso escapar de uma política ausente e articularmos concretamente as alianças necessárias para esta mobilização".

"Se em muitos pontos é possível caminhar juntos com a esquerda do PMDB, no fundamental achamos que deveríamos aceitar a proposta de Leonel Brizola de fortalecimento de um polo socialista, isto é, de abrir discussões públicas usando a discussão de um programa e de um projeto socialista para o Brasil, com respostas a nossa realidade imediata. Medidas práticas têm que ser tomadas nesta direção. Além de avançarmos na definição de nossa proposta de socialismo deveríamos estabelecer uma discussão com o PDT e propormos reuniões públicas que explicitem divergências e convergências. Mesmo que se explicitem divergências desde a proposta de socialismo até a resposta que temos para a crise econômica, uma coisa é certa: num ponto tenderemos a caminhar juntos, que é a questão da sucessão presidencial".

Este é o eixo da proposta dos companheiros para o PT: a formação de um polo político socialista com Brizola, que no seu entender seria capaz de oferecer uma resposta às grandes questões nacionais.

A concepção da revolução

Esta proposta está ligada a um balanço e a uma reflexão sobre "os movimentos de massas" e o "movimento socialista no Brasil", que é objeto do artigo "A quantas andam os socialistas no Brasil", e a uma concepção do que deveria ser a revolução socialista, exposta numa resenha do livro de Rudolph Bahro "A Alternativa".

Para os companheiros, a experiência — em particular da revolução russa — mostrou que na luta para superar-se a dominação política "a questão da democracia, da participação das massas de modo direto nas questões políticas e públicas e a questão da autonomia, de sua independência diante do Estado, não podem ser resolvidas a não ser que estejam inseridas numa política de conjunto que leve em conta os impasses já verificados no que diz respeito a socialização, a ação do Estado na economia".

O programa do PT caminha no rumo correto na medida em que indica uma "luta por uma perspectiva socialista que, ao invés da pura e simples estatização dos meios de produção, privilegie o avanço do controle popular na vida social, econômica e política".

Mas devem ser criticadas, segundo *Proposta Socialista*, as correntes do PT que enfatizam a necessidade da estatização. Daí a afirmação: "o mais espantoso é que muitas das pessoas que reivindicam a democracia operária... são ao mesmo tempo defensores de uma ampla estatização dos meios de produção mais importantes. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se quer fortalecer a democracia, se quer fortalecer o terreno mais propício para a burocracia".

Toda esta análise está permeada pela preocupação de criticar o aparelhismo e a manipulação do movimento de massas pelas distintas correntes políticas, seja o estalinismo, seja o esquerdismo (as correntes vanguardistas e doutrinárias). Mas nas críticas a estas concepções incorretas joga-se o bebê junto com a água do banho. A análise desta corrente caminha no sentido de romper com toda a reflexão relacionada com as experiências revolucionárias da primeira metade do século vinte, em particular com a revolução russa, a elaboração leninista e da Internacional Comunista. Caminha-se perigosamente para se afirmar que o estalinismo nada mais é do que a consequência natural do leninismo e se rechaçar até mesmo a teoria marxista do estado (ver resenha do livro de Rudolph Bahro).

No fundo de tudo encontra-se a diluição das fronteiras de classe na análise teórica e portanto nas propostas políticas. Há uma patente incompreensão do que significa a independência de classe na elaboração dos companheiros de *Proposta Socialista* que os conduz, coerente com o rechaço de elementos centrais da análise marxista, a propor uma política de colaboração de classe.

A concepção de construção partidária

O balanço da esquerda no Brasil desenvolvido por esta corrente seleciona três momentos como centrais na história do movimento de massas e dos "socialistas": o período pré-64, de subordinação ao paternalismo do PTB, que transformou as lutas em movimento de pressão; o vanguardismo e o doutrinismo do período posterior; e o surgimento do PT.

"O ano de 1968 evidenciou que o populismo fora substituído pelo vanguardismo de inspiração socialista". "No conjunto da esquerda o socialismo era uma fórmula de propaganda de fácil aceitação nos setores avançados dos movimentos existentes aliás, que servia como proposta capaz de coroar teoricamente um processo de lutas que derrubasse a ditadura dos generais e do grande capital. Mas que não tinha qualquer repercussão explícita ao nível desse caminho de lutas a ser seguido".

Correto. Mas daí os companheiros fazem uma inferência: "o que indicava que a visão de socialismo existente era vanguardista. Pois "ainda que essa discussão não tivesse sido feita de modo explícito, alguma relação deveria haver entre a sociedade a ser construída e os métodos e meios utilizados para consegui-la".

O PT representa um passo a frente porque "foi quem conseguiu avançar mais quando, ao definir seu programa, foi explícito, em afirmar tanto a necessidade de organização política própria dos trabalhadores quanto a luta por uma concepção de socialismo que não se confunde com a pura estatização dos

meios de produção, privilegiando o desenvolvimento do controle popular sobre eles. Mas, se acreditamos que, ao nível do conteúdo o PT representa hoje o ponto de partida mais avançado para um movimento socialista que venha a existir no país, por outro lado o programa é suficientemente genérico para abrigar concepções claramente estatizantes e que acreditam numa revolução "de cima para baixo".

Destruição da independência de classe

O PT é assim encarado como o núcleo de um polo socialista a ser constituído com a social democracia organizada no PDT. É um partido para a "grande política" que não pode pretender constituir-se como direção das lutas cotidianas dos trabalhadores, objeto da ação dos diversos movimentos sociais. Esta visão torna os integrantes de *Proposta Socialista* opositores das forças que buscam construir o PT como um partido capaz de dirigir as lutas imediatas dos trabalhadores e vinculá-las as propostas políticas gerais. A resposta oferecida pelos companheiros à crise que atravessa hoje o PT é oposta a dos setores classistas; ao invés de ativá-lo para a luta de classes pretende-se impulsioná-lo no sentido da sua inserção no jogo político burguês.

O aspecto que devemos ressaltar, para além da preocupação dos integrantes desta corrente impulsionar uma política de massa, é o sentido apontado pela reflexão dos integrantes de *Proposta Socialista*: o aparente rechaço de aspectos fundamentais do marxismo. Isto materializa-se no rechaço a independência de classe, a ser rifada à burguesia numa barganha com o PDT; à teoria marxista do estado e da revolução, abandonada na crítica do estalinismo e a degeneração burocrática da revolução russa; à necessidade de construção de um partido dos trabalhadores que atue como a direção política centralizadora das múltiplas lutas do movimento operário, trocada pelo autonomismo e a aspiração à "grande política".

Estes elementos parecem indicar que estamos assistindo a configuração de um agrupamento politicamente bem definido. Se utilizarmos como analogia o movimento operário europeu poderemos dizer que suas posições programáticas o colocarão como um grupo social-democrata de esquerda, que surgiram às dezenas em épocas de crise e convulsão social, e permaneceram orbitando em torno do aparelho da Segunda Internacional.

Estes grupos desapareceram sempre com a mesma facilidade com que surgiram. O Brasil, país atrasado que não oferece um terreno propício sequer para a social-democracia, tende a ser um espaço ainda mais difícil para a construção desta posição política. E o rumo que ela aponta para o PT, o da sua destruição como força política independente expressando o movimento operário, será certamente rejeitado pelo partido.

Novos caminhos na luta contra o desemprego

São Paulo/Zona Sul/Santo Amaro:

Um mês depois da "Revolta dos Desempregados"

Novas mobilizações de desempregados na região sul da capital paulista. Desta vez, mais organizadas e sem saques; mas ainda assim a polícia reprime com violência. Lideranças do movimento buscam agora novas formas de luta conjunta com os empregados.



Saques e quebra-quebras dão o sinal do desespero da situação

4 de Abril — Largo 13, Santo Amaro
A "Revolta dos Desempregados" toma conta da cidade

Segunda-feira pela manhã. Um conjunto de desempregados, centenas, como de costume, estão no Largo: leem jornais de empregos, trocam informações e dicas de trabalho, esperam enfim, angustiosamente, alguma coisa.

De repente, a praça é engrossada por um contingente novo, de dezenas de trabalhadores, vindos de uma frustrante espera na porta de uma fábrica da região onde se prometia vários empregos para aquele dia. Chegam revoltados: "alguma coisa precisa ser feita, a situação não pode mais ficar do jeito que está". Pouco a pouco o clima vai mudando, da angústia fatalista para a reação ativa. E logo sai um comício no Largo.

A região tem grande tradição de luta e organização do movimento sindical e popular. As lideranças de base vão surgindo e se revezando na tribuna do improvisado comício que vai aos poucos atraindo dirigentes sindicais e mais e mais trabalhadores que aos milhares estão sempre passando por aquele ponto de intenso fluxo.

9 de Maio
Um mês depois, a cobrança das promessas

Passou-se um mês desde a revolta de abril. A crise econômica continua em progresso e com ela as demissões. Das promessas do governo estadual e federal não se viu mais que uns poucos milhares de cestas de alimentos, insignificantes perto do quase um milhão de desempregados da capital.

Na região sul da cidade, no entanto, muito se pensou desde os dias de abril. Os desempregados aprenderam algumas lições: as lideranças, sobre tudo em nível de base no movimento sindical, amadureceram algumas propostas.

Surge uma iniciativa: desde o começo desta manhã de segunda-feira uns poucos ativistas desempregados, com tradição de luta no movimento grevista (alguns com participação na campanha petista) vão passando de fábrica

em fábrica. A idéia nascera dias antes numa reunião de 14 ativistas sindicais que logo ficaram conhecidos como "Grupo dos 14". Convocam os desempregados, à espera de colocação nas portas de fábrica, para uma reunião, "um acampamento" no Largo 13. Lá pelas 10 horas da manhã já são cerca de 5 mil pessoas lotando a praça. A maioria, é claro, não foi diretamente convocada, mas o fluxo de desempregados no Largo, repete-se, é rápido e intenso dadas as características da região.

Os discursos vão se revezando, lembrando que um mês depois da revolta de abril a situação é a cada dia pior. A proposta do "Grupo dos 14" é que autoridades federais e estaduais venham ao Largo para debater com os desempregados ali "acampados" suas

reivindicações. Mas, repete-se a coisa: o governo manda e a polícia, que ostensiva e ameaçadoramente começa a cercar a praça.

Em meio ao impasse, ativistas do "Comitê de Luta Contra o Desemprego" ligados ao deputado federal Aurélio Perez e ao jornal **Tribuna da Luta Operária** surpreendidos, pois não na origem da iniciativa de convocação do "acampamento", tentam tomar a ofensiva. Sentindo-se desafiados na sua pretensa hegemonia sobre o movimento da região (cafê que tem usado em suas relações internas com o governo Montoro) o "Comitê" lança a proposta de uma passeata até a Assembleia Legislativa. A massa recusa, vacila, mas diante da ausência das autoridades e sem alternativa de encaminhamento, quase mil manifestantes decidem sair em passeata. A princípio a polícia até mesmo abre caminho para o cortejo. Mas logo em seguida, já distante do Largo, quando surge uma avenida descampada, propicia à sua

ação, o comandante do destacamento, dizendo ter recebido ordens do Secretário de Segurança para dispersar, manda a tropa de choque baixar o pau. A passeata se dissolve, mas algumas dezenas de manifestantes junto com lideranças do "Grupo dos 14" e do "Comitê" conseguem posteriormente se reunir na Assembleia Legislativa onde pedem à direção da casa que encaminhe um encontro deles com o governador. Depois de horas de telefonemas e discursos, finalmente a resposta: Montoro, dado o adiantado da hora, já no cair da noite, não teria condições de receber os desempregados. E sugeria que para tratar de manifestações eles deveriam se dirigir diretamente ao Secretário de Segurança; para tratar de desemprego, aos seus respectivos sindicatos...

O "Comitê" ainda tenta continuar o debate com o presidente da Assembleia, em busca de uma audiência com o governador. Mas os demais, cansados de tanto descaso, denunciam os governos federal e estadual e se retiram do recinto.



Mesmo ordeira, o governo reprime a passeata que cobrava promessas

16 de Maio
As dificuldades e os novos rumos da luta

Mais uma vez, segunda-feira, é o dia onde mais desempregados afluem ao Largo. Começo da semana, novas esperanças. Para o "Grupo dos 14" era necessário avaliar bem o que ocorreria na semana anterior, dar uma satisfação à massa, colocar novas propostas, dar enfim uma perspectiva ao movimento.

Durante toda a semana anterior várias atividades: reunindo na sub-sede do Sindicato dos Bancários na região, o Grupo foi ampliado, comissões criadas, (imprensa, contatos, infraestrutura, convocação etc), sindicatos combativos chamados a participar do movimento etc. Um ofício de vários sindicatos à Secretaria de Segurança solicitava o Largo para esta segunda-feira.

O governo nega o local, mas a arquidiocese, solidária ao movimento, cede a igreja do Largo para uma assembleia que o "Grupo dos 14" decide então realizar em recinto fechado.

Mil desempregados quase lotam a igreja; fora, no Largo, algumas centenas, espalhados em

pequenos grupos continuam a sua segunda-feira tradicional. A assembleia começa. As lideranças do "Grupo dos 14" juntamente com representantes da Pró-CUT estadual, do Sindicato dos Bancários e dos Químicos (estes, os dois combativos com sub-sede na região) dirigem a reunião. Presta-se conta do que foi feito na semana, denuncia-se a demagogia dos governos e a repressão.

Propostas: engrossar as comissões que já vinham se formando; espalhar o movimento a nível dos bairros da região; formar uma comissão específica para estudar encaminhamentos contra o pagamento pelos desempregados de taxas municipais e estaduais (água, luz, etc), e a ampliação das cestas de alimentos: realizar ampla reunião (sindicatos, partidos, associações populares, igreja), na noite da mesma segunda-feira na sub-sede dos Bancários para unificar a luta contra o desemprego na região e tirar novos

encaminhamentos; por fim, a organização de um ato no dia 18.5 (Dia Nacional de Luta contra o Desemprego) num descampado próximo ao Largo que o governo franquearia. Já por terminar a assembleia na igreja, surgem novamente os ativistas do "Comitê". Pedem para falar no microfone. Mas, sectariamente, investem contra o "Grupo dos 14" e demais lideranças na sua decisão de realização da assembleia na igreja. O "Grupo" responde: "não é hora de confronto, será a repetição da semana passada; temos é que ampliar o movimento e organizá-lo melhor".

Mas o Comitê insiste e anti-democraticamente, abandona a igreja chamando a segui-

A luta dos desempregados e o movimento sindical

As mobilizações de desempregados surgem em São Paulo num momento de relativo refluxo a nível global do movimento sindical. A revolta dos desempregados de início de abril contrasta pela sua mobilização e disposição de luta, pela repercussão alcançada na conjuntura e pelo exemplo irradiado por outras regiões do país.

No fundo, é o desemprego massivo que atinge proporções desconhecidas até então no Brasil contemporâneo, o desespero grassa, e uma situação de revolta latente vai tonando conta de contingentes cada vez maiores de trabalhadores.

O descaso, a demagogia e repressão dos governos estaduais e federais atacam ainda mais esta situação. E a progressão da crise econômica vai crescendo a cada dia a massa de desempregados.

O movimento sindical combativo tomou consciência concreta desta realidade. Por um lado, pressionado e desafiado pelo potencial de luta e pelas mobilizações ocorridas. Por outro, prudente, pisando num terreno explosivo e onde a rigidez da estrutura sindical, sempre sob ameaça de intervenção, não permite maiores ousadias com amparo legal.

Pois os desempregados enquanto tais são de difícil organização. Dos sindicatos de sua última categoria como empregados tendem a se afastar, seja por não serem sua massa principal, seja por dificuldades de pagamento de mensalidades. Nos bairros, são simples cidadãos, muitas vezes envergonhados de sua situação de desempregados há muito tempo.

É portanto em regiões de grande concentração industrial e oferta de empregos, quando, não muito longe de suas moradias, como é o caso de Santo Amaro em São Paulo, é aí que eles tendem a se concentrar relativamente em verdadeiros grupos, a vagar na espera de que algo de novo surja em suas vidas já cansadas de tanta espera e frustração.

Para os sindicatos está posto o desafio: organizar a luta desta massa efetivamente

inter-categoria, são metalúrgicos, bancários, pedreiros etc, enfim, próximos à situação da revolta por desespero e fome. O quadro explosivo desta luta, somado às dificuldades enormes para conquistas reais é que pressiona os sindicatos, mesmo os combativos, a uma conduta prudente. E não é gratuito que no caso de Santo Amaro as mobilizações tenham sido deflagradas por ativistas de base do movimento sindical e não pelas suas diretorias.

Este desafio dos desempregados não pode ser frustrado. Nem sua luta pode desambar para explosões desorganizadas (onde provocadores tentariam tirar partido) nem pode ser abandonada como inviável. É preciso combinar a organização via sindicatos, fábricas e bairros, de empregados e desempregados, com as mobilizações próprias dos desempregados em ações unitárias de vulto.

As grandes marchas de desempregados na Europa da austeridade dos dias de hoje (ver matéria ao lado) podem ser uma pista. Somente com grandes mobilizações de massa é que o problema do desemprego será realmente colocado com força e as reivindicações alcançadas.

É portanto a própria perspectiva de organização e preparação da greve geral contra a política econômica do governo que veio ser apressada e cobrada pelos desempregados. Mais que cobrada, eles querem ser integrantes ativos desta luta e já deram demonstrações neste sentido com suas mobilizações não somente em São Paulo. A situação é nacional: no Rio, em Fortaleza, no Piauí e em Minas, ao longo das últimas semanas, ocorreram mobilizações semelhantes, ainda que em menor escala.

Enfim, os desempregados vieram colocar de modo enfático uma questão que, teoricamente, já era velha: a luta do movimento sindical passa hoje inevitavelmente por romper as limitações das categorias particulares se lançando a nível do conjunto dos trabalhadores, numa mobilização geral inter-categorias e popular.



Reunidos na igreja, desempregados se organizam para novas lutas

encaminhamentos; por fim, a organização de um ato no dia 18.5 (Dia Nacional de Luta contra o Desemprego) num descampado próximo ao Largo que o governo franquearia.

Já por terminar a assembleia na igreja, surgem novamente os ativistas do "Comitê". Pedem para falar no microfone. Mas, sectariamente, investem contra o "Grupo dos 14" e demais lideranças na sua decisão de realização da assembleia na igreja. O "Grupo" responde: "não é hora de confronto, será a repetição da semana passada; temos é que ampliar o movimento e organizá-lo melhor".

Mas o Comitê insiste e anti-democraticamente, abandona a igreja chamando a segui-

los aqueles que estivessem de acordo com a ocupação da praça e uma nova passeata. Dentro da igreja, o "Grupo" encerra a assembleia e convida as comissões para o trabalho na sub-sede dos Bancários.

Lá fora, no Largo, o Comitê inicia a sua passeata, mas ela é tão reduzida que, frente à ameaça da polícia, decide dispersar tomando ônibus em direção ao centro da cidade, mais particularmente a sede do Sindicato dos Metalúrgicos da capital, presidido pelo Joaquinção, onde acaba conseguindo que este o incorpore numa comissão de federações que irá breve se entrevistar com o governador sobre o tema do desemprego. O propósito do Comitê, era somente mais uma vez disputar direção com o "Grupo" e, de qualquer jeito, se fazer chegar a Montoro (seja acompanhado de quem for), na qualidade de liderança dos desempregados da região.

De volta à sub-sede dos Bancários o "Grupo" avalia o ocorrido naquela manhã, e à noite, na reunião ampliada de lideranças inter-sindicais e populares da região define os próximos passos: ampliar a organização do movimento por bairros, e preparar, acumulando forças, uma nova e grande manifestação de desempregados capaz de evitar a repressão, arrancar algumas vitórias junto ao governo, e relançar a luta num novo patamar.

Minas

A luta cresce nos bairros

A recessão tem funcionado em Minas como um fator de brutal reversão do surto de industrialização que o estado experimentou na esteira do chamado milagre econômico brasileiro. Nos últimos meses, houve várias demissões em massa na FIAT, a desativação da Krupp, da Isomonte e da Módulo, todas fábricas metalúrgicas. Paralisou-se a construção da Ferrovia do Aço. Duas cidades operárias, Caetés e Barão de Cocais, foram envolvidas no turbilhão da crise que afetou as empresas em torno das quais se construíram. No município de Queiroz Júnior, a situação de desemprego se tornou tão dramática que o prefeito decretou o estado de calamidade pública.

Informações recentes indicavam já um desemprego aberto de 5,71% e o sub-emprego de 11,5%. E a situação tende a piorar continuamente.

O movimento inter-sindical tem acompanhado tantos acontecimentos sem tomar uma iniciativa de mobilização unificada. Uma assembleia inter-categorias marcada para o dia 18 de maio acabou por ser desmarcada.

Comitês de desempregados

É na região industrial, em um movimento que está se articulando em torno de 34 associações de bairro que a luta contra o desemprego parece ganhar corpo. A estratégia ai tem sido a de formar comitês de

desempregados em cada bairro, os quais teriam a função de fazer um cadastramento dos desempregados em cada bairro reunindo apoio para o encaminhamento de um programa de reivindicações para os governos federal e estadual.

Além das reivindicações esboçadas no programa aprovado pela I Conclat, os desempregados querem a distribuição de cestas de alimentos, o não pagamento das passagens de ônibus, a distribuição gratuita de material escolar, o não pagamento das taxas de água, luz e Imposto Territorial Urbano e a abertura de frentes de trabalho nos bairros voltadas para a construção de obras em benefício das comunidades.

O desemprego no velho mundo

A "austeridade capitalista" não é produto tipicamente tupiniquim. Em todo o maravilhoso mundo livre, os patrões procuram atacar antigas conquistas operárias, visando recuperar a queda da taxa de lucro: a escala móvel de salários, os sistemas de proteção ao desempregado, a previdência social.

Na Europa capitalista, pelo menos 16% da população ativa estão oficialmente desempregados. Não se contam aí os subempregados, trabalhadores temporários, etc. São 3 milhões na Inglaterra, 2 milhões na França, 2,5 milhões na Itália, 2 milhões na Alemanha, 2 milhões na Espanha. E por aí vai.

Se o desemprego é permanente no capitalismo e se expande em todos os países, o seu impacto na classe operária, porém, não é sempre o mesmo. Desde os anos 30, a maior parte dos países capitalistas avançados tiveram que ceder, frente às lutas operárias, diversas formas de seguro-desemprego. Na França, por exemplo, a chamada "demissão econômica" (fechamento de empresa, reestruturação do setor, etc) é socorrida com um ano de seguro, correspondente a 90% do salário. Na Itália, o salário-desemprego atinge 70%. Dos 23 mil operários demitidos pela FIAT, por exemplo, 17 mil vivem, há já dois anos, com esses 70%. Na Espanha, o auxílio-desemprego é

decrecente, a cada seis meses, associado com isenção de certas taxas e impostos.

A luta contra a "austeridade"

Os ataques dos patrões ao desemprego vão por vários caminhos, desde as restrições percentuais, até a simples eliminação. Em outros casos, como a Espanha e Portugal, o governo procura baixar legislação facilitando as demissões e o emprego-temporário ou "trabalho-negro" (sem registro), deixando os trabalhadores sem direito à estabilidade e ao seguro.

O movimento operário tem reagido também desigualmente diante desses ataques. O leitor do ET deve lembrar das notícias que demos sobre as mobilizações dos operários italianos e alemães, com intensidade nunca vista desde a II Guerra, e frequentemente colocando em cheque as direções sindicais que vivem agora um período completamente diferente da "estabilização" do ciclo ascendente do capitalismo (1945-69).

No ano passado, na Espanha, a "marcha dos desempregados" e o chamado Movimento Unitário de los Parados (MUP) concentraram milhares de operários em várias cidades. Em Andaluzia, uma marcha de cerca de 20 mil "braceros" (operários rurais) custou a seus

organizadores o processo pela Lei de Segurança Nacional "made in Spain". Em Portugal, as duas greves gerais de início de 1982 colocavam como reivindicação a queda do governo e a mudança da política econômica — 70% dos trabalhadores de todo o país cruzaram os braços e gigantescos piquetes se manifestaram nas ruas, chocando-se com a polícia.

Novos tempos — novas necessidades

A intensidade dos ataques e das lutas tem colocado diante dos operários formas diferentes de manifestar-se e combater. Certamente não são casuais o recrudescimento das ocupações de empresa, a expansão dos comitês de empresa que questionam as velhas centrais, a reivindicação de uma "nova ordem econômica". Mais que lições para o movimento sindical brasileiro (o que não é de desprezar), a situação europeia coloca mais evidentemente a necessidade de uma resposta operária que supere os limites nacionais e enfrente o capitalismo no seu próprio terreno: o multinacional. A vinculação, na luta, dos sindicatos de todo mundo, deixa de ser assim uma propaganda e passa a ser uma questão de sobrevivência...

Gaúchos reafirmam a greve geral

Realizando a maior concentração unitária do Dia do Trabalhador no país, dez mil trabalhadores gaúchos apontaram o rumo para o enfrentamento à crise econômica e ao desemprego: a greve geral foi reafirmada como instrumento de luta a ser usado hoje e passos concretos para sua efetivação foram definidos.

Com a adesão da massa dos participantes do Encontro, a Inter-sindical do Vale do Rio dos Sinos, região de grande concentração operária do Estado, apresentou um plano de ação preparatório para a greve geral, cuja data deverá ser marcada no ENCLAT RS. Com isso o movimento sindical gaúcho estabelece um prazo maior para a

sua preparação, diferente da posição indicativa tirada anteriormente, que propunha a greve para o dia 18 de maio.

Até o ENCLAT, portanto, o plano estabelece tarefas organizativas que consistem na realização de encontros por municípios ou regiões, com a organização de inter-sindicais regionais e a eleição de comandos de greves por município, bairro ou categoria, visando coordenar e divulgar a greve geral. Uma outra proposição aprovada foi a imediata organização de Comitês de desempregados, para organizar aqueles que são os mais atingidos pela crise.

Seguindo um caminho que vai da

discussão em cada fábrica até a discussão a nível estadual, os trabalhadores gaúchos deixaram claro que se dispõem a fazer a greve geral no Rio Grande do Sul mesmo que ela não aconteça no resto do país.

O dia 18 demaio — dia nacional de lutas contra o arrocho e o desemprego — marcará o início da preparação efetiva da greve, com a realização de passeatas organizadas pelas inter-sindicais, em cada cidade ou região. Os mini-ENCLATs serão realizados em todas as regiões do estado entre o final de maio e início de junho e nesse mesmo mês, dias 15, 16 e 17 o ENCLAT do Rio Grande do Sul definirá a data da greve geral.

(Sônia Maluf)

Volta Redonda

Uma campanha de lutas

Uma empresa com 25.000 operários, a Companhia Siderúrgica Nacional. Um sindicato cuja história de combatividade levou à intervenção da ditadura e a decretação de sua base como área de segurança nacional. Em poucos dias, com as eleições que agora se realizam, este sindicato poderá voltar às mãos de uma direção realmente comprometida com a luta dos trabalhadores.

Da sucursal

Na semana de 23 a 27 de maio, dois sindicatos metalúrgicos importantes passam por eleições: Santos e Volta Redonda. Ambos têm como base central empresas estatais: a COSIPA e a CSN. Em Santos, Arnaldo Gonçalves enfrenta uma chapa com apoio e participação de três diretores e alinhada com o chamado "sindicalismo autêntico". O alinhamento paulatino de Arnaldo — que já chegou a participar do Entoes e da Anamos, época em que criticava os "pelegos" — com a chamada "unidade sindical", que não é nem unidade nem sindical, é posto agora em questão por uma parcela da categoria. Em Volta Redonda, a Oposição Sindical, chapa 4, concorre frente a quatro outras chapas. A base inclui também Barra Mansa e Pirai. Aqui, um quadro da campanha em Volta Redonda.

A vida em Volta Redonda, uma cidade tipicamente operária com aproximadamente 300 mil habitantes, gira em torno da Companhia Siderúrgica Nacional, com 25 mil empregados, empresa estatal do grupo SIDERBRAS e implantada por Getúlio Vargas na década de 30. O peso desta usina na produção brasileira de aço e a tradição de luta dos operários da cidade (onde foi eleito o metalúrgico do PT, Edson Santana, vereador) levaram a que a Ditadura Militar enquadrasse Volta Redonda como "área de segurança nacional" (donde o impedimento para eleição direta do prefeito) e decretasse intervenção no sindicato ao final da década de 60.

Esta corrente pelega que interviu no sindicato praticamente imobilizou-o e às lutas da categoria por todos esses anos. Nem contra as péssimas condições de



trabalho na usina, nem quando ocorreram demissões em massa na CSN (como no ano passado), a diretoria tomou qualquer iniciativa para organizar e mobilizar os trabalhadores. As gestões do pelego Lustosa se caracterizaram pela corrupção e pelo acomodamento aos limites toleráveis pelo Ministério do Trabalho.

Foi na luta contra a exploração na CSN e demais fábricas da região e contra o peleguismo no sindicato que surgiu a Oposição Sindical. Enraizando-se no seio da categoria por sua combatividade, a oposição sindical só não saiu vitoriosa nas eleições sindicais de 1980 devido à escandalosa fraude promovida por Lustosa, seus pelegos e capangas e pela

conivência da Delegacia Regional do Trabalho.

Cinco chapas

Agora, mais uma vez os metalúrgicos de Volta Redonda, Barra Mansa e Pirai terão a chance de derrotar o peleguismo. Três das cinco chapas (chapas 1, 2 e 3) representam a tentativa de continuidade da política da atual direção e saíram divididas devido a disputas internas. Suas campanhas são completamente personalistas (calcadas na figura do presidente), despolitizadas e algumas vezes violentas (ver box). Isto demonstra que deverão se repetir as tentativas de fraude.

Reivindicando-se como oposição sindical, concorrem duas chapas: a chapa 4, encabeçada por José Emídio, e a chapa 5, por Juarez. Das duas a que tem maior penetração na CSN e demais fábricas e melhor representa o sindicalismo combativo é, sem dúvida, a chapa 4.

Composta por antigos sindicalistas e lideranças surgidas durante o ascenso das lutas operárias de 78/79, a chapa 4 já

demonstra durante a campanha qual será seu comportamento à frente do sindicato. Sua campanha é positiva, jamais resvala no personalismo (como a da chapa 5, por exemplo, centrada principalmente nas "virtudes" de seu presidente) e se combina com as lutas que se travam por melhores condições de trabalho, pela abertura da campanha salarial e pela estabilidade no emprego (seu lema é: sem estabilidade não tem acordo).

A excepcional receptividade à chapa 4 na CSN e demais empresas representa o reconhecimento, por parte dos metalúrgicos, do trabalho desenvolvido ao longo destes anos pela Oposição Sindical. Mais uma vez a vitória sobre o peleguismo só não se dará se sair vitoriosa a fraude. Por isso, na luta contra a fraude devem se empenhar todos os que se colocam ao lado do sindicalismo combativo. No que depender dos votos dos operários, a vida em Volta Redonda voltará a girar em torno de um sindicato atuante e democrático.

Violência contra a chapa 4

Na madrugada do dia 13 de maio, mais uma vez os metalúrgicos da chapa 4 saíram para o seu trabalho de colagem de cartazes (seguidamente os pelegos da chapa 3 cobrem os cartazes dos seus adversários). Só que desta vez se depararam com integrantes desta chapa, liderada pelo pelego Bahia, armados e atirando sobre os membros da chapa 4.

O reverso desta violência foi a solidariedade demonstrada pelas famílias operárias do local, que abriram suas casas para proteger os companheiros agredidos.

Resta a constatação que este métodos de gangsters são a expressão do desespero de quem vê ruir o seu império de corrupção e acomodamento; e uma antecipação de que, pelos mesmos métodos, mais uma vez os pelegos tentarão a fraude.

A chapa 4 está se armando contra esta possibilidade, tendo seu presidente, José Emídio, solicitado uma audiência com o Secretário do Trabalho e Habitação, Caó. Na audiência, José Emídio exigiu que a Secretaria atuasse efetivamente para que seja garantida a lisura do pleito.

Construção civil — Vitória
A eleição dos pedreiros

Da sucursal

No próximo dia 5, estarão acontecendo as eleições do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Vitória. É o maior sindicato do Estado que está se mobilizando. Evidentemente que o jogo é alto. Depois de anos de imobilismo, após duas greves, uma diretoria combativa foi empossada, e, no final de seu mandato, duas chapas entram em disputa. Nas duas chapas encontramos membros da atual diretoria. De um lado está Waldemar Lyrio, atual secretário e candidato a presidente da chapa 1. Do outro está o atual tesoureiro, Geraldo, e candidato a secretário na chapa 2.

O EM TEMPO entrevista Waldemar Lyrio, que além de candidato a presidente da chapa 1 é presidente da Pró-CUT Estadual, membro da pró-CUT nacional e um dos símbolos da luta dos trabalhadores capixabas. Iniciando sua atuação política na oposição sindical, ele foi candidato por duas vezes a presidente da chapa, que em 1979, conseguiu tirar o pelego do sindicato. Por duas vezes saiu vitorioso e por duas vezes foi impugnado pelo Ministério do Trabalho. Somente quando, no terceiro escrutínio, se candidatou como secretário é que o Ministério do Trabalho, foi obrigado a reconhecer a validade das eleições.

Se nas primeiras eleições, a oposição contava com o apoio de todas as correntes políticas, na atual, a situação se alterou. A



Waldemar Lyrio

chapa 1 conta com o apoio da Fase, da Igreja, dos sindicalistas autênticos e dos simpatizantes do jornal EM TEMPO. A chapa 2, tem o apoio de simpatizantes do extinto jornal Companheiro, de vários deputados do

PMDB, de um secretário de Estado, Nelson Aguiar, e não poderia deixar de receber de troco, o apoio dos Tribuneiros e Reformistas.

Nesta entrevista a EM TEMPO, Waldemar fala das bases que possibilitaram o lançamento da chapa 1 e das práticas até aqui adotadas pelo chapa 2.

— Qual foi a base de construção da chapa 1?

Waldemar — Buscamos construir uma chapa única junto com todos os companheiros que participaram das lutas da categoria. Através de escrutínio secreto, elegemos os nomes dos companheiros que passariam a compor a nossa chapa. Para isso realizamos várias reuniões e no final fizemos a escolha. Inclusive companheiros que estão na outra chapa participaram destas reuniões e foram até escolhidos para participarem da nossa chapa. Mas não satisfeitos com a posição que ficaram, partiram para articular outra chapa com pessoas sem nenhuma participação nas lutas da categoria.

— Comenta-se que a chapa 2 tem recebido apoio do atual governo. Como você vê isso?

Waldemar — A ligação do Secretário do Bem Estar Social, Nelson Aguiar é bem direta.

Se de fato ele apoia ou ajuda a chapa 2 eu não posso afirmar. Mas, a todo momento os membros da chapa 2 estão telefonando para deputados do PMDB. Isto a gente vê, pois os telefonemas são dados daqui do sindicato.

— Quais são as maiores diferenças que você vê nos programas das duas chapas?

Waldemar — Quando a gente lê os programas e os boletins de campanha das duas chapas, não tem muita diferença na hora de defender a CUT, o direito de greve, a liberdade sindical. Mas na hora que a gente fica lembrando das greves, dos piquetes e da construção da pró-CUT Estadual, é que a coisa muda de figura. Você vê de um lado os companheiros que estão em todas as lutas. Do outro, os discursivos de sempre que não aparecem na hora da briga. Prá você ter uma idéia, dos quatro diretores atuais que estão na chapa 2, somente um acompanhou as assembleias da última campanha salarial. Outra diferença que considero muito importante é em relação ao assistencialismo. Enquanto consideramos ter conseguido uma vitória quando acabamos com o assistencialismo: auxílio funerário, auxílio natalidade, auxílio para compra de remédios; os companheiros da chapa 2 estão é prometendo a volta de todo assistencialismo. E ainda criticando o que consideramos como vitória. O assistencialismo é o principal ponto do programa deles.

Uruguai

A classe operária de novo à frente

A grandiosa manifestação do 1.º de Maio inaugura uma nova etapa na luta contra a ditadura. Aqui, um artigo escrito por um militante do Partido pela Vitória del Pueblo, uma contribuição ao debate sobre a luta no país vizinho que interessa muito de perto aos trabalhadores brasileiros.

No final da década de 60 e princípios da década de 70, as notícias sobre o Uruguai ocupavam um espaço considerável na imprensa brasileira. O fenômeno dos Tupamaros alcançou certa ressonância no Brasil. Mas muitos outros movimentos ocorriam então no Uruguai. Outras organizações políticas e revolucionárias e mil formas variadas de luta do movimento operário efetuavam experiência de enorme interesse. Os anos de 1968 a 1973 foram de uma grande riqueza tanto no plano das ações (políticas, sindicais e guerrilheiras) como no plano da reflexão e do debate teórico.

Mas, como sempre ocorre na América Latina, com um acentuado atraso deste último aspecto. Dito de outra forma, a experiência foi riquíssima e matizada, o movimento operário, o movimento da intelectualidade e dos setores médios revelaram grande espírito de luta e criatividade. Consolidou-se também a unidade com o movimento estudantil e universitário. Também a unidade política deu passos interessantes.

Da enorme riqueza daqueles anos luminosos é muito pouco o que hoje dispomos como reflexão teórica decantada. O movimento sofreu reveses muito grandes tanto no plano da ação armada como no da ação política e sindical.

Durante muitos anos, o movimento popular conheceu a desmoralização e a atomização; e um aspecto não o menor dessa debilidade se expressou na incapacidade que a maioria das organizações de esquerda mostrou para fazer um balanço daqueles anos capaz de enriquecer o processo de organização das forças populares e revolucionárias dentro do país, superando as carências e erros do ciclo anterior.

Um debate teórico deste tipo é imprescindível para o Uruguai. Seria, sem dúvida, também de utilidade para as vanguardas de outros países latino-americanos que se enfrentam assim não a idênticos mas a problemas similares nesta longa luta contra o imperialismo e as burguesias dependentes.

A manifestação do 1º de maio

A cifra oficial estimada pela Polícia de Montevideo estabelece uma afluência de cem mil pessoas. Os diários argentinos que, diferentemente dos brasileiros, deram grande destaque à notícia, marcam a presença de mais de 150 mil pessoas. Algumas estimativas feitas no interior do País falam de um cifra próxima a 200 mil participantes.

Para Montevideo, que incluída sua periferia ampla, conta com um 1,5 milhões de habitantes, a cifra tem um significado inquestionável.

Outros fatos dão também um conteúdo especial a esta manifestação. Em primeiro lugar, é a primeira vez, em dez anos, que as autoridades militares permitem a celebração pública do 1º de Maio. A autorização foi concedida apenas uns poucos dias antes da manifestação, depois de uma série de longas negociações entre o chefe da Polícia e os representantes sindicais. A manifestação teve, então, que ser feita com poucos dias de preparação.

Em segundo lugar, temos que assinalar que no Uruguai continua muito forte o esquema repressivo contra a esquerda e o movimento operário. A legislação em vigor impede a união sindical a nível da indústria e, por conseguinte, a nível nacional. As únicas autorizadas são até agora as chamadas "associações de primeiro grau", ou seja, agremiações a nível de empresa. Estas associações têm sido permanentemente fustigadas pelo regime mediante mecanismos de tipo policial. Até agora, estão dotadas apenas de "comissões provisórias". Frequentemente, os integrantes das mesmas são despedidos. Outras vezes, ocorre o que no Uruguai se chama de "proscrições sindicais". Ou seja, as autoridades policiais obrigam a se retirar da comissão companheiros sindicalistas com antecedentes sindicais ou políticos... E foram estas comissões provisórias, bloquea-

Por Hugo Cores



das, fustigadas e reprimidas, as que tiveram em suas mãos a organização da manifestação do 1º de Maio!

O fracasso das manobras da ditadura

Não exageramos se dissermos que a situação no Uruguai mudou radicalmente antes e depois desta data.

O regime ditatorial sofreu nos três últimos anos dois sérios reveses. O primeiro foi em novembro de 1980 quando foi colocado em plebiscito um projeto de constituição preparado pelos militares que significaria a perpetuação do regime autoritário sob a forma de uma democracia tutelada. Mostrando a vigência profunda de seus anseios democráticos, contra todas as previsões, o povo uruguaio contestou com um profundo Não no plebiscito de 30 de novembro de 1980.

A ditadura retomou a iniciativa. Através de um "Estatuto dos partidos" buscou dotar-se de

certos apoios entre os políticos tradicionais mais reacionários. Por essa via, buscou-se bloquear a participação política dos opositores mais intransigentes, como o liberal burguês Wilson Ferreira, a quem se manteve proscrito, ao mesmo tempo que se fechava qualquer participação política legal para a esquerda, cujo dirigente principal, o general Liber Seregni, se encontra preso desde janeiro de 1976.

Apesar de todas estas manobras, nas eleições internas para se eleger os dirigentes dos partidos autorizados pelo "Estatuto", a enorme maioria do eleitorado se pronunciou contra o regime. Para marcar o seu repúdio, o Partido pela Vitória del Pueblo e as demais organizações de esquerda, na clandestinidade, conclamaram ao voto em branco. Somados os votos em branco aos votos obtidos pelos candidatos mais opositores, tem-se o resultado que mais de 80% da população se posicionou contra o oficialismo.

Paraguai

Mais repressão da ditadura

No último 10 de maio, durante a noite, a polícia da ditadura de Stroessner desfechou mais um duro golpe no nascente movimento operário e democrático do Paraguai: prendeu mais de 30 pessoas, entre as quais Ruben Lisboa, dirigente sindical da Federação dos Trabalhadores Bancários, e começou uma perseguição a mais de 300 pessoas. Entre os procurados estão José Carlos Rodrigues Alcalá, intelectual marxista de renome, e Gustavo Codas, dirigente do Sindicato dos Jornalistas.

A ditadura, no seu afã continuista, já vinha fazendo dias antes toda uma campanha, através dos meios de comunicação a seu dispor, buscando preparar a opinião pública para mais este atentado aos direitos democráticos. Nessa campanha o jornal oficialista Pátria — que mantém estreitas ligações com a polícia política — era um dos mais agressivos. Teceu toda uma história fantasiosa dizendo que os movimentos sindicais e estudantis estavam implicados em um "complot extremista". Um dos pontos deste pretensível complot seria... a criação de um Partido dos Trabalhadores!

A ditadura, com esta repressão, busca conter, destruir, um processo lento, molecular, de recuperação do movimento sindical e democrático daquele país. O que havia não era um complot, mas um processo de lutas, embora limitadas, que serviria de base para a estruturação de organizações sindicais e intersindicais, independentes da atrelada CPT, no caso da classe operária. No setor estudantil, surgiam pequenas publicações, lutava-se para ampliar o espaço democrático, buscavam-se respostas mais globais para a crise cada vez mais geral e profunda que vive hoje o Paraguai. Esse era o "complot extremista" denunciado pela ditadura.

Os setores democráticos e sindicais brasileiros não podem ficar de braços cruzados nesse momento de agonia dos companheiros paraguaios. Devemos enviar telegramas imediatamente, para a embaixada paraguaia no Brasil, exigindo o fim das perseguições. E, como isso, devemos dar início à construção de um movimento de solidariedade efetiva para com os trabalhadores e estudantes presos e perseguidos.

A volta dos sindicatos

Este 1º de Maio significou uma nova instância de repúdio nacional e massivo contra o regime instaurado em junho de 1973. Mas a diferença destas outras grandes manifestações, esta foi organizada pelo movimento operário.

Na última semana de abril, em Montevideo se vivia uma grande efervescência. Quando a chefatura da Polícia autorizou publicamente o ato, essa efervescência se transformou em organização. Dezenas de sedes sindicais foram abertas aos trabalhadores. Em todos lados, se pintavam cartazes e se confeccionavam volantes com as consignas centrais, unitariamente definidas. Nos bairros de periferia, e particularmente naqueles com mais tradição de luta operária e popular, organizaram-se concentrações prévias para ir em passeata à manifestação central que se celebraria na esplanada do Palácio Legislativo.

Constituiu-se um plenário de 47 sindicatos que elaboraram um documento conjunto para ser lido no 1º de Maio. No curso de alguns poucos dias, o movimento operário uruguaio saltou por cima de todas as barreiras impostas pela lei das "associações profissionais". Para começar, fala-se publicamente de sindicatos, expressão eliminada na lei repressiva. Em segundo lugar, passando por cima da proibição das associações de 2º grau, forma-se uma verdadeira central, o Plenário Intersindical dos Trabalhadores.

Apenas formado este plenário, verdadeiro continuador da tradição unitária e classista da proibida Convenção Nacional de Trabalhadores, consegue-se atravessar várias provas de fogo: manter a unidade de um movimento em pleno processo de reorganização no qual coexistem diversas orientações. Em segundo lugar, as consignas definidas vão se caracterizar por uma justa análise da realidade do país e do movimento operário, representando o verdadeiro sentido das massas trabalhadoras: "por liberdade, trabalho, salário e anistia".

Outros fatos de tremenda significação: as sedes sindicais se converteram em um ponto de referência de grande amplitude popular. A elas foram os setores mais inquietos do estudantado, desempregados, rapaziada dos bairros, homens e mulheres que viram nos sindicatos um lugar onde tinham abertas as portas para participar e expressar seu descontentamento, para gritar seus anseios de liberdade e justiça.

Os organizadores da manifestação mostraram maturidade e coragem. No palanque que se ergueu no Palácio Legislativo convida-se a subir a velhos dirigentes sindicais para mostrar a continuidade profunda do movimento classista. No palanque colocam-se duas cadeiras que permanecerão vazias durante toda a manifestação. Essas duas cadeiras estão carregadas de uma profunda significação para o povo uruguaio: representam aqueles que não podem estar presentes, os sindicalistas presos, desaparecidos, mortos ou exilados nestes longos anos de dura luta.

No palanque são convidadas a subir também as mães dos desaparecidos, mostrando até que ponto os trabalhadores fazem sua esta luta. Haverá presentes delegados do movimento operário argentino. São lidas adesões de dezenas de organizações sindicais, entre elas da comissão pró-CUT do Brasil.

Interrompido frequentemente por aplausos fervorosos, cinco sindicalistas lêem um longo documento de análise da situação do país no qual se desenvolvem as consignas estabelecidas pelo Plenário Intersindical dos Trabalhadores.

O país e o movimento popular já não são os mesmos depois deste 1º de Maio. Nele se condensaram dez anos de resistência clandestina. Dez anos de 1º de Maio sufocados pela repressão e também dezenas de anos de experiência do movimento operário e popular. A consigna da anistia, que o Partido pela Vitória del Pueblo com outras organizações vinha levantando há muitos anos, ganhou de repente uma enorme ressonância nacional e popular e haverá de ser sem dúvida um dos eixos por onde passará a luta política nos próximos meses.

Estudantes reagem à cassação da meia-entrada

Em várias cidades do país, ocorrem manifestações contra a medida do MEC que atinge uma conquista da década de 40.

Das sucursais

Há muito tempo que o movimento estudantil mineiro não realizava uma manifestação como esta ocorrida no dia 13 de maio. Contando com a presença de parlamentares dirigentes sindicais, a coordenação da manifestação, composta pelo DCE UCMG, DCE UFMG e UMES conseguiram reunir mais de 1.500 estudantes em praça pública. O que não foi novidade foi a presença da polícia: o governo Tancredo reprimiu como nos velhos tempos, armado de cassetete e gás lacrimogênio.

O final da manifestação foi coroado por uma assembléia na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (cercada pela polícia) que contou com a presença de 500 estudantes, onde definiu-se a continuidade do movimento.

"Trabalho e cultura, abaixo a ditadura"

Gritando esta palavra de ordem, cerca de mil estudantes realizaram no último dia 13 uma grande manifestação no centro de Porto Alegre contra o fim da meia-entrada nos cinemas para o estudante. Os estudantes concentraram-se na praça da Alfândega em frente a um cinema da cidade e se postaram em fila exigindo a meia entrada. Imediatamente um batalhão da brigada militar avançou contra eles que, dispersou e gritando "abaixo a ditadura", correram pelas ruas do centro da cidade, indo até outro cinema onde novamente se concentraram. O enfrentamento com a repressão continuou e os estudantes foram obrigados a retirar-se até o campus da universidade federal onde encerraram o ato.



Protesto em Belo Horizonte

Medida elitista

A meia-entrada é uma conquista dos estudantes que, organizados em suas entidades gerais, garantiram o pagamento da meia através de suas mobilizações na década de 40.

Essa conquista está ameaçada por uma decisão do CONCINE, tomada a cerca de duas semanas atrás, que extingue a meia-entrada estudantil e estabelece dias e horários fixos para a meia entrada, com a alegação de "democratizar" o acesso à cultura e favorecer a ida da população trabalhadora ao cinema. A decisão partiu de uma proposta do representante do MEC no CONCINE.

Ao mesmo tempo em que a medida era implementada, o CONCINE realizava uma

campanha frente a opinião pública, afirmando que essa medida iria beneficiar a população e evitar a falência dos cinemas. Na verdade, a medida não favorece a ninguém, pois os horários de meia entrada (tardes, quartas feiras e última sessão de domingo) não são acessíveis à população trabalhadora. A alegação de que a medida evitaria a falência dos cinemas através de uma maior arrecadação parece desconhecer que 60% do público dos cinemas é constituído por estudantes e a medida reduziria seu afluxo, intensificando o processo de falência das salas de cinema e a monopolição do mercado da distribuição e exibição nas mãos das multinacionais.

O que afasta a população dos cinemas é o

alto custo dos ingressos e os baixos salários. Segundo dados dos donos de cinemas, o preço da inteira aumentou em cinco anos 10.000%, ou seja, 6 vezes a mais que a inflação (1.600%) e muito mais que os salários. Democratizar a cultura significa rebaixar e tabelar os preços dos ingressos, garantindo o acesso de todos aos cinemas. Significa estimular a produção artística nacional e independente, pondo fim ao monopólio da informação e da cultura através dos meios de comunicação. Significa o fim da repressão e da censura e a garantia do ensino público e gratuito em todos os níveis e para toda a população.

Por outro lado, o principal objetivo da medida foi atacar as entidades estudantis, que têm nas carteirinhas sua principal fonte de arrecadação e de legitimação e reconhecimento junto aos estudantes. Isso, na medida em que a conquista da meia-entrada era efetivada pela carteirinha estudantil. A medida do CONCINE desmoraliza a carteira estudantil e põe em cheque a própria representatividade das entidades, expressão organizada do movimento.

A mobilização dos estudantes se dá pela manutenção da meia entrada, garantida pelas carteirinhas de suas entidades representativas (contra as entidades fantasmas "fábricas de carteirinhas"), contra o arrocho: redução e tabelamento dos preços dos ingressos, por cinemas públicos nas vilas programados pelas associações, pela liberdade de expressão com o fim da censura, pela legalização das entidades estudantis e pelo ensino público e gratuito. Estão ocorrendo manifestações, passeatas e atos públicos em todo o país e cabe à UNE e à UBES centralizar nacionalmente essa luta contra a medida do CONCINE.

Foto: Fernando Rabelo

13º CONEG

A paralisia da UNE

por Mauro David

Nos dias 13, 14 e 15 de maio realizou-se em Niterói o 13º Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG). Com um quórum bastante baixo, 53 entidades presentes, novamente se repetiram todos os vícios que cada vez mais permeiam as instâncias da UNE. Atrasos absurdamente longos, alojamentos e locais de reunião abaixo de qualquer crítica, prolongamento da "discussão" até altas horas da madrugada, infinitas declarações de votos após cada discussão, claques organizadas, etc. Tudo foi feito para tornar o ambiente absolutamente irrespirável a qualquer estudante minimamente preocupado com o trabalho nas entidades.

A pauta versou sobre a conjuntura internacional e nacional, campanha pela legalização da UNE, Seminário Nacional sobre a Universidade e lutas nas escolas pagas e públicas.

A respeito do Seminário Nacional sobre a Universidade, do qual participação parita-

riamente delegados da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e da UNE, a proposta aprovada é que somente as Universidades que realizarem Congressos ou Seminários terão direito a delegados e as demais poderão mandar observadores. A proposta derrotada, da diretoria da UNE, estabelecia que os delegados seriam eleitos no próximo Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), sem qualquer discussão prévia e tendo que representar as propostas vencedoras nessa instância! Sem dúvida, um ataque à democracia do movimento.

A respeito das Escolas Públicas, deliberou-se que nos próximos 7, 8 e 9 de junho haverá três dias de mobilização, com Assembléias por Universidade, manifestações de rua no sentido de se exigir mais verbas e arquivamento do projeto de fundações.

DCE UFES

Oposição foi maioria

A chapa **Oposição**, composta por simpatizantes deste jornal, do jornal **O Trabalho**, por estudantes independentes, somados a alguns ligados a pastoral universitária, foi a vencedora nas eleições realizadas nos dias 4 e 5 de maio com 178C votos. Depois de muito tentar uma unificação com a tendência **Correnteza**, que em momento algum se prontificou a levar um processo de unificação da oposição, a única alternativa foi compor uma chapa que expressasse o mais fielmente possível, o bloco de oposição, que há dois anos se delineava como alternativa à antiga diretoria do DCE, à tendência **Unidade**, mais conhecida como **reformistas**.

Cinco chapas na disputa

A novidade deste processo eleitoral ficou por conta da chapa **Monárquica/Arautos do Rei**, composta por estudantes descontentes e críticos às tendências, que no final criaram a sua. Tiveram uma baixa votação se levamos em conta o apoio que conseguiram dentro e fora da universidade, 265 votos. Somado à novidade veio a surpresa, pois entre os apoiadores da chapa estavam vários petistas.

A chapa **Viração**, ou **tribuneira** conseguiu assustar muita gente, pois sem maiores delongas, fez da sua carta programa um manifesto elogiando seu guru, Stalin. Ao que parece, não angariou muitas simpatias, pois somente conseguiu 99 votos, sendo a menos votada.

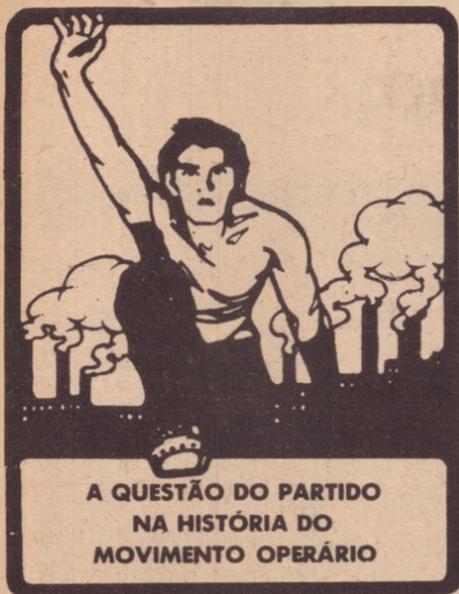
A antiga diretoria do DCE — **reformista** — somente apresentou candidatos para a metade dos cargos da diretoria. Simplesmente não conseguiram estudantes dispostos a embarcar novamente na sua canoa. Sua votação ficou abaixo da expectativa: conseguir 823 votos para quem tinha a hegemonia no movimento estudantil capixaba, pode ser o começo do fim.

Rasgando a Fantasia, formada exclusivamente pela tendência **Correnteza**, foi a chapa que mais oscilou em todo o processo. Um mês antes das eleições chegou a acenar com a possibilidade de uma chapa única. Como a reação não foi das melhores, inclusive junto a suas bases, passou a ver nos adeptos de **Tribuna da Luta Operária** um aliado em potencial. Como não conseguiu "unir todas as correntes" deu uma virada e apresentou na convenção de tirada de chapa do "bloco de oposição" uma chapa formada exclusivamente por membros de sua tendência e com dois estudantes ligados ao extinto **Jornal Companheiro**.

Na posse da nova diretoria, que ocorreu no dia 10 passado, o presidente da chapa eleita, Artur Viana, avaliando a real situação do movimento capixaba, bastante desgastado por duas gestões de imobilismo, frisou a necessidade de reconstruir o movimento sobre novas bases, chamando todas as forças políticas a trabalharem na superação desta crise.

Errata

A matéria "XXI Congresso da UBES, Contra a manobra e a divisão", publicada na última edição, é de autoria apenas de Lúcio Costa.



A experiência do cartismo

A "pátria-mãe" do capitalismo industrial, a Inglaterra, mostra claramente a formação do proletariado e a constituição de suas organizações sindicais e políticas. A clássica passagem do artesanato à manufatura e desta à indústria registra também a passagem das seitas ludistas (quebradores de máquinas) aos sindicatos (trade-unions) e à central (o Trade-Union Congress — TUC). Mostra também a passagem dos sindicatos ao partido.

As trade-unions eram, na verdade, associações operárias locais, ou por fábrica (ou mina), com objetivos econômicos precisos (salários, condições de trabalho) associados à prestação de ajuda financeira (caixas de ajuda mútua). Como eram mecanismos que reduziam a concorrência entre os operários, eram odiadas e reprimidas duramente pelos patrões. Até que, em 1824, as leis permitem sua existência. E por quê? Em primeiro lugar, para cada associação destruída ou esvaziada pela perseguição patronal, outras logo eram montadas, clandestinamente, pelos operários. Em segundo lugar, a legalização representou também um momento do conflito entre os proprietários de terra, pressionados pelos industriais a baixar preços de alimentos, e estes últimos, pressionados "humanitariamente" pelos latifundiários que pregavam contra as "massacrantes" condições de trabalho nas fábricas.

Sindicatos legais...mas impotentes?

A grande atividade organizativa e grevista que seguiu à lei de 1824 chegou a assustar os patrões. Afinal, em 1830 já se tentava constituir a primeira central intersindical, a Associação Nacional de Proteção aos Trabalhadores. Em 1834, a Grande Confederação Nacional dos

Sindicatos reivindicava não apenas melhorias salariais, mas, também a transformação da própria estrutura social.

Porém, sindicatos que se enfrentam com ondas de desemprego e crise chegavam, frequentemente, às portas da impotência para sustentar lutas mais duras. E começam a colocar na ordem do dia a mudança do sistema de poder vigente. Surge assim, o primeiro movimento político importante enraizado no operariado: o cartismo. Em 1836, um carpinteiro, Lowett, cria a Associação dos Trabalhadores, com base em seis reivindicações que ficaram conhecidas como **Carta do Povo**. Não representava mais que uma "carta constitucional" que consolidasse direitos políticos e jurídicos iguais: voto universal masculino, abolição do censo eleitoral (até essa época só podia ser candidato que tivessem propriedades no valor mínimo de 300 libras), voto secreto, igualdades dos distritos eleitorais, pagamento aos parlamentares (para que os "pobres" pudessem também exercer mandatos).

O Partido Cartista

Mas essas reivindicações "democráticas", num sistema tão rígido e com as manifestações que se fizeram em seu apoio, ganharam o

conteúdo de um gigantesco movimento social que realizou assembleias de centenas de milhares de pessoas nas principais cidades industriais inglesas. Nas assembleias, tira-se também um plano de lutas para conseguir a aprovação da **Carta** no parlamento: manifestações, abaixo-assinado à corte, uma convenção nacional e, finalmente, se não atendido, uma greve geral política.

A história do cartismo é feita de avanços e recuos, enfrentamentos e prisões. Em 1939, são recolhidas 1.280.000 assinaturas. É bom lembrar que na Inglaterra, nessa época, os eleitores não eram mais que 840 mil!! Em 1842, funda-se a Associação Cartista Nacional, um verdadeiro partido: 40 mil associados, distribuídos em 400 núcleos locais; dirigentes eleitos pelos membros contribuintes. Tentam-se formar, igualmente, núcleos do partido cartista nos sindicatos.

A segunda petição recolhe mais de três milhões de assinaturas, o que, no Brasil de 1980, significaria, proporcionalmente, perto de 20 milhões de pessoas. O parlamento rechaça, outra vez, a carta. A direção do movimento vacila, mas o movimento espontâneo dos trabalhadores passa por cima dos dirigentes. As manifestações e greves se sucedem, mas não conseguem dobrar o regime.

O Partido Trabalhista

O movimento operário inglês mostra uma trajetória sem dúvida exemplar. Sozinho, o movimento sindical, muitas vezes de faces revolucionárias, encontrara dificuldades para impor suas reivindicações. Por vezes, enveredou a roboque dos partidos burgueses. E por fim procurou uma agitação política que criasse raízes na própria massa proletária, até vir a constituir um partido operário de massas, vinculado aos sindicatos. As datas são as seguintes:

1868 — realiza-se o **Trade Union Congress** (Congresso de Fundação da Central Sindical)

1869 — forma-se a **Liga de Representação dos Trabalhadores**, para introduzir representantes liberais no parlamento.

1893 — funda-se o pequeno **Partido Trabalhista Independente (I.L.P.)**

1900 — os candidatos ligados ao trabalho são derrotados.

1905 — formam-se os "comitês de representação trabalhista", comitês de apoio aos "candidatos populares".

1906 — funda-se o **Labour Party** (Partido Trabalhista), apoiado nos sindicatos e na central (TUC) o I.L.P. "entra" nesse partido maior. Nas eleições desse ano, são eleitos 26 representantes trabalhistas.

Um partido contraditório

A partir desse momento acentua-se uma situação curiosa e muito "ilustrativa" dentro do movimento político operário, assim resumida por um historiador inglês:

"O partido político independente e popular dos trabalhadores, para cuja formação fora necessária um século de esforços e sacrifícios, existia agora de fato, mas sob a liderança de homens que se contentavam em seguir o exemplo dos burgueses liberais em quase todas as questões. Porém, o Partido Trabalhista era na verdade a expressão do movimento de massas dos trabalhadores, e seus militantes nunca se renderam totalmente à contaminação burguesa que atingiu a liderança".

Essa situação perdurou (e perdura), dando origem a quase dois partidos num mesmo: o dos sindicatos e o dos parlamentares. Mas isso é já uma outra história, que precisaria de outro artigo. O leitor do ET sem dúvida se lembra da crise do Labour Party em 1891...

ECOLOGIA

Após mais de meio ano de debates, reuniões e mobilizações, num movimento que envolveu importantes entidades gaúchas como AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural), Sociedade de Agronomia (Sargs), ADFG, militantes ecologistas, técnicos e até mesmo a FARSUL (Federação da Agricultura do Estado), a Assembleia Legislativa derrubou por unanimidade os oito vetos do ex-governador Amaral de Souza ao Projeto n.º 155/82, conhecido como "Lei dos Agrotóxicos".

O Rio Grande do Sul tem agora a mais avançada legislação sobre o uso e comercialização de agrotóxicos da América Latina. A aprovação desta Lei significou uma importante derrota para as empresas multinacionais que monopolizam a indústria química e têm no Rio Grande do Sul 40% do mercado para seus produtos. Agora, a tarefa é garantir o cumprimento da nova legislação que já tem um de seus artigos questionados pelas empresas através de mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal.

A nova legislação, entre outras coisas, proíbe, em todo o território estadual a comercialização e uso de produtos agrotóxicos e biocidas, que não tenham uso autorizado no seu país de origem", garante a qualquer entidade, desde que fundamentada em laudo assinado por profissionais, impugnar a liberação de qualquer produto; obriga os laboratórios do Estado a publicar as bulas dos produtos e garante às Comissões Técnicas do Legislativo poder

Vitória ecologista no Rio Grande do Sul Aprovada "Lei dos Agrotóxicos"

Por José Carlos Oliveira

de controle sobre a liberação de certificados.

Leis insuficientes

A legislação federal que dispõe sobre a fabricação, manipulação, transporte e comercialização de pesticidas ou agrotóxicos remonta ao decreto n.º 24.114 de 12 de abril de 1934. Ou seja, anterior a introdução da maioria dos compostos químicos que hoje são usados na produção agrícola. Desde então, até o início dos anos 70, nada foi acrescentado aos termos do decreto vigente, mesmo tendo-se passado pelo período que sucedeu a II Grande Guerra, quando a indústria química obteve grande avanço, chegando a produção agrícola com a denominada **Agroquímica** (fertilizantes e pesticidas).

A partir de 1970 os Ministros da Saúde e Agricultura passaram a emitir inúmeras portarias, resoluções e recomendações que se con-

fundem e se contradizem deixando em alguns tópicos o claro comprometimento com os interesses da indústria química (maior parte dela de capital estrangeiro).

Várias tentativas de normalizar a questão não obtiveram êxito na

Apenas para exportação	
Os riscos de alguns pesticidas controlados nos Estados Unidos. Todos são usados no Brasil.	
1) ALDRIN	1) Câncer, danos no feto, distúrbios nervosos.
2) BHC	2) Câncer
3) CLORDANE	3) Câncer
4) DDT	4) Câncer, distúrbios nervosos.
5) HEPTACLORO	5) Câncer
6) PARATHION	6) Danos no feto, distúrbios nervosos.
7) PARAQUAT	7) Câncer, males respiratórios.
8) STOXAFENO	8) Câncer

Fonte: Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos.

esfera federal, haja visto a portaria 04 de 30/03/80 - DISAD Ministério da Saúde que estabelece critérios e parâmetros ecotoxicológicos considerados adequados para uma classificação toxicológica dos Pesticidas, foi revogada por outra, de n.º 07 de 13/01/81 - Ministerial, que estabelece novas normas para esta classificação toxicológica somente considerando o aspecto agudo da questão, ou seja os valores da DL50 (dose letal expressa em mg/peso

vivo). É importante salientar que alguns inseticidas das vegetais tem uma DL50 bastante baixa (altamente tóxica) mas que após algumas poucas horas de uso são apenas resíduos orgânicos; e que outros compostos organo-clorados, por exemplo, permanecem no meio ambiente até por períodos superiores a 20 anos (DDT) contribuindo juntamente com a monocultura latifúndio para a degradação dos solos.

Semana Alternativa do meio ambiente

O II ENCONTRO EM NOME DO AMOR À NATUREZA - SEMANA ALTERNATIVA DO MEIO AMBIENTE, promovido pelas entidades e grupos ecológicos porto-alegrenses será realizado na Assembleia Legislativa do Estado, durante os dias úteis, e no Parque da Harmonia, no fim de semana, com a seguinte programação.

— Projeção do filme "Hiroxima", dia 30/5 à noite;
— Seminário A Questão Ambiental, de 30 a 31 à noite, com os temas:

Problemas Mundiais, com Fernando Gabeira, Carlos Emediato, José Lutzemberger e Nestor Heredi.

Problemas Nacionais, com Gabriel Guerreiro, Randal-Mar-

ques, Magda Renner, Lizi Vieira e Paulo Nogueira Netto.

Problemas Estaduais, com Flávio Lewgoy, Caio Lustosa, Antenor Ferrari e Germano Bonow.

Problemas Antropológicos, com Mário Juruna, Antônio Holfeld, Edilson Martins, Arno Kher e Daniel Cabixi.

Alternativas, com Lino Matheus, Udo Mohr e Alfredo Avelline;

— Acampamento Ecológico, dias 4 e 5, com música, teatro, biodança, regionalismo, dança, slides, debates, expressão corporal, etc.

— Ato Público, dia 5 às 15 horas, com leitura do Manifesto do Movimento Ecológico.

Fomos todas condenadas

"Na noite que matei Eloísa, acordei com gritos e pensei que era um ladrão. Eu estava na sala de televisão e, ao ouvir os gritos, peguei meu revólver e saí da sala com a arma na mão. Era Eloísa que gritava porque a televisão estava muito alta. Discutimos e ela entrou no quarto. Enfiei o pé na porta e fui entrando e atirando."

Por Marília Carvalho

No dia 26 de julho de 1980, Eloísa Ballesteros Stancioli era encontrada morta, vítima de cinco tiros disparados por seu marido, Márcio Stancioli, na mansão do casal em Belo Horizonte. Três anos depois, no dia 15 de maio de 83, cinquenta mulheres vestidas de negro, enterravam Eloísa pela segunda vez. "Eloísa foi morta novamente pelo judiciário", dizia a faixa que elas portavam, silenciosas, na Praça da Liberdade, sob o aplauso da população que se concentra ali nos domingos de manhã. Elas protestavam contra o resultado do julgamento do assassino, condenado a dois anos de reclusão, com direito a "suspensão condicional da pena", quer dizer, com direito a não cumpri-la e permanecer em liberdade.

A manifestação, convocada pelo Partido dos Trabalhadores, Centro de Defesa da Mulher e Grupo Sempre Viva, foi na verdade uma continuidade da reação unânime das mulheres presentes ao fórum no dia 13 de maio, quando o juiz leu a sentença. Embora não estivesse presente nenhum grupo organizado de mulheres, a vaia praticamente impediu a leitura da sentença.

Certamente, foi prevendo esta consciência já alcançada pelas mulheres mineiras, desde que saíram às ruas em 1980 para protestar contra os assassinatos de mulheres "por amor", que o advogado de defesa, Ariosvaldo Campos Pires, recusou as três juradas sorteadas entre os 21 convocados. Assim, o júri popular foi composto apenas por homens. Após a leitura da sentença, a revolta das mulheres foi tão grande, que uma das juradas recusadas rasgou sua carteira, afirmando que nunca mais voltaria ao fórum. Como ela, o que as mulheres têm aprendido sucessivamente em cada julgamento como este, é a desconfiar da "justiça" organizada por uma sociedade machista, desigual e exploradora.

O direito de matar

Essa "revolta" é fruto da consciência de que o que estava em julgamento não era apenas



Foto: Jesus Carlos

um homem que assassinou sua esposa, mas o próprio direito das mulheres à igualdade, à independência e até à vida. Mais uma vez, a defesa do assassino centrou-se na acusação à vítima: estava em julgamento a fidelidade ou não de Eloísa a seu marido. Estavam em julgamento suas roupas íntimas, seu comportamento, sua vida profissional, sua independência econômica, seu amor aos filhos.

"Eloísa não ia de manhã trabalhar, preferindo ir a aulas de ginástica e tênis, não almoçava e quase não jantava em casa, chegando sempre tarde, abandonando o lar, o marido e os filhos", brandia a defesa de Stancioli. Quer dizer, Eloísa tinha uma vida independente, um trabalho, não correspondia ao modelo de mulher submissa que vive em função dos filhos e do marido. Enquanto isso, Márcio é "intocável no plano moral". Resultado: ele era suficientemente "honrado" para ter o direito de matá-la, enquanto ela não era "honesta" o suficiente para viver.

E a própria acusação entra no mesmo jogo, procurando "defender" Eloísa: "Ela não tinha outro homem. Ela era honesta, o Réu não provou nada." Afinal, se ela tivesse outro homem, seu marido teria o direito de matá-la? Parece que sim. A defesa afirmou que, depois de ver Eloísa num carro com um ex-

namorado dos tempos de solteira, o marido Márcio, "com o coração sangrando, quis apenas a separação." O que mais ele poderia querer?

O casamento e a fidelidade em julgamento

Segundo Dirlene Marques, da Comissão de Mulheres do PT de Belo Horizonte, o resultado do julgamento "foi a condenação de todas as mulheres a serem objetos, posse de seus maridos, juizes do nosso direito à vida." O próprio advogado de defesa, Ariosvaldo Pires, colocou para os jurados que "A família, o lar, os filhos e a fidelidade são os conceitos a serem julgados".

E eles inocentaram as instituições e os preconceitos, mais importantes do que o amor. Porque, sem dúvida, a violência que culminou em cinco tiros, começara muitos anos antes, sobrevivia através das relações artificiais que o casal mantinha, e recomeça a cada dia, em cada relação desigual, estereotipada.

O casamento que os jurados inocentaram é uma relação baseada na dependência econômica, na submissão da mulher, na dupla moral (liberdade sexual para os homens x

fidelidade para as mulheres) e na divisão de papéis entre os sexos. É o que atestam as próprias argumentações tanto da defesa quanto da acusação: "Eloísa brilhava mais do que Stancioli, sendo grande empresária da alta moda, enquanto o réu, que veio ao mundo para ganhar sempre, sentiu-se ofuscado pelo brilho da esposa e acabou matando-a por inveja", afirmava a acusação. "Márcio era mais amoroso com os filhos"; "A mulher se casa para o lar e os filhos; Eloísa não queria assumir seu casamento", replicava a defesa.

Saíram incólumes a família e o lar e com eles, o objeto que os garante: a esposa fiel, submissa, caseira, sem outro objetivo na vida que não satisfazer os desejos, ciúmes e necessidades do marido e dos filhos. Foram condenadas a liberdade, a felicidade, a realização, o amor, que só podem existir numa relação entre iguais. Foram condenados os homens ao papel de senhores e juizes, ao exercício da violência, alienados da sua própria honra que se transfere para o corpo de uma mulher. Foram condenadas as mulheres ao silêncio, ao enterro de suas próprias personalidades, assassinadas de mil formas muito mais sutis que o calibre 38 do revólver de Márcio Stancioli.

Novidades sobre o Conselho da Condição Feminina

De acordo com as propostas feitas pelo PMDB paulista durante a campanha eleitoral, foi aprovado em decreto do dia 4 de abril o Conselho Estadual da Condição Feminina, com algumas diferenças do que havia sido apresentado pelas peemedebistas no dia 9 de março último. As modificações tornaram o Conselho ainda mais barato, menos moderno e ...mais inócuo.

A proposta surgida durante a campanha eleitoral foi se reduzindo até ser aprovada como um enfeite democrático que não cria problemas ou gastos para o governo estadual. Não tem verba, não tem funcionários especialmente contratados, não tem uma direção definida e é difícil perceber sua função na listagem de "desenvolver estudos, desenvolver projetos, incorporar preocupações, apoiar realizações". Mais ainda levando-se em conta que não tem

recursos próprios, devendo contar com a dedicação de oito mulheres "representativas da sociedade civil" que acumularão à sua dupla jornada de trabalho as funções do Conselho elas "não serão remuneradas, sendo porém consideradas como de serviço público relevante".

O Conselho será composto por seis representantes de secretarias (Justiça, Educação, Saúde, Promoção Social, Relações de Trabalho, Cultura), uma

representante do Gabinete Civil e oito mulheres representativas da sociedade civil. Cada órgão indica a sua representante e o governador escolhe as oito mulheres representativas. Na dificuldade de definir critérios para a escolha dos representantes da sociedade, optou-se pelo caminho mais simples — e já conhecido pela democracia participativa do Montoro: deixa que o governador escolhe. Afinal não se trata de representantes do movimento mas de

mulheres representativas, e aí vale quem tem currículo mais recheado.

Na composição da imagem de um governo bem intencionado, "moderno" e aberto à participação, o Conselho cumpre um papel. E fica por aí. Acreditar em mais que isso é alimentar ilusões de poder e ilusões perigosas para quem está empenhado na construção e fortalecimento do movimento de mulheres. (Tatau Godinho).

Um pouco da nossa história, tão esquecida nos livros

As mulheres e o trabalho

Recortes do EM TEMPO desde o número zero, com tudo que já publicamos sobre o trabalho feminino. Neste momento em que a crise faz refobrar a superexploração sobre as mulheres, é hora de lembrar a greve da De Millus, os Congressos da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e de São Paulo, o congresso da Mulher Química e muito mais.

Um caderno dedicado a todas as mulheres que ousaram se transformar em notícia.

Em todas as sucursais do EM TEMPO Cr\$ 300,00

13 de maio

Dia nacional de denúncia contra o racismo

Por Flávio Jorge

“SEM ESSA DE FESTA!”... Não vamos comemorar esse dia que inventaram para dizer que estamos libertos e sim protestarmos como já o fizemos há alguns anos, nesse dia que transformamos no Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo.

- VAMOS CONTINUAR LUTANDO:
- CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, INCLUSIVE NA ADMISSÃO DE EMPREGOS;
- CONTRA O DESEMPREGO;
- PELA CONDENAÇÃO DOS POLICIAIS ASSASSINOS DE ROBSON;
- CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL;
- POR CONDIÇÕES QUE NOS PERMITAM UMA VIDA DIGNA ONDE POSSAMOS CURTIR NOSSA ALEGRIA, DANÇAR NOSSA MÚSICA, TER DIREITO A NOSSA RELIGIÃO, A BOA SAÚDE E ALIMENTAÇÃO, A UM TRANSPORTE E MORADIA DECENTE”.

Essa foi a tônica das manifestações em São Paulo, centralizadas pela Coordenação de Entidades Negras do Estado de São Paulo, no dia 13 de Maio data em que comemora-se a

suposta libertação dos escravos, de acordo com a Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel em 13 de Maio de 1.888.

Isso ficou claro nos pronunciamentos de representantes de vários segmentos da comunidade negra paulista em manifestação realizada no Largo do Paissandu, ao lado do monumento a Mãe Preta, na noite do dia 13.

O desemprego, situação em que vive o negro desde sua “libertação” foi novamente lembrado em boletim distribuído pela CENESP:

“Que liberdade é essa, quando segundo censo de 1980 somos 50 milhões de negros no Brasil e recebemos em média 50% do que recebe a população branca?”

Isso quando conseguimos emprego e nas piores funções”.

Foi também lançada publicamente nessa manifestação a campanha pela condenação dos policiais assassinos de Robson Silveira da Luz morto em 05 de maio de 1978, em consequência de torturas sofridas no 44.º Distrito policial de Guaianazes, conforme box abaixo.

NEGRO TEM QUE IR PRO PAU

Essas foram as palavras, título de matéria publicada pela **Folha de São Paulo** em maio de 78, do delegado Luiz Alberto Abdala, do 44.º distrito policial de Guaianazes em São Paulo.

Foram ditas a Robson Silveira da Luz, um negro de 21 anos, poucas horas antes de ser submetido a intensas torturas.

Tudo começou quando Robson e alguns amigos, num sábado, dia 22 de abril de 1978, voltavam de uma festa de noivado, no bairro de Guaianazes. A maioria dos moradores desse bairro é de negros. Meio tocados pela bebida da festa resolveram furtar algumas caixas de frutas do caminhão de um feitante.

Aí começa o drama de Robson.

Nessa mesma ocasião um roubo acompanhado de morte aconteceu na região. Robson foi preso no sábado seguinte, acusado do roubo das frutas e como suspeito do roubo e assassinato. Nesse mesmo sábado, Robson foi barbaramente torturado para que confessasse o crime. Nada confessou pois era inocente. Na semana seguinte os responsáveis seriam presos.

Não resistindo a torturas (não divulgadas na época de acordo com o Dr. Harry Shibata, então diretor do IML, por proibição do Secretário de Segurança), Robson morreu no Hospital das Clínicas, na sexta-feira seguinte, dia 05 de Maio de 1978.

Esse fato provocou grande mobilização na época e foi um dos precursores do movimento que culminou na fundação do M.N.U. — Movimento Negro Unificado.

Os torturadores de Robson Silveira da Luz foram identificados e atualmente estão sendo intimados a irem a julgamento.

Para que esse assassinato, a exemplo de muitos outros que ocorrem todos os dias cuja vítima é quase sempre um negro, não passe em “brancas nuvens” o movimento negro está iniciando uma campanha exigindo a condenação dos policiais assassinos de Robson, uma das vítimas da violência policial que tem na comunidade negra o seu alvo preferido.

EM TEMPO, no seu quinto aniversário, promove:

Promoção nº 1: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO, você ganha o caderno **Malvinas, contradições do capitalismo e revolução social** de Marcelo Zugadi.

Promoção nº 2: Fazendo sua assinatura anual do EM TEMPO conjunta com a revista **Perspectiva Internacional**, você ganha, além de uma redução do preço, o caderno **Malvinas**.

Promoção nº 3: Adquira a coleção

completa do EM TEMPO, composta de 169 números, por apenas Cr\$ 15.000,00.

Promoção nº 4: Assinatura vitalícia do jornal. Você paga Cr\$ 20.000,00 uma vez e recebe seu EM TEMPO em casa, para sempre.

Promoção nº 5: Em cada quatro assinaturas do EM TEMPO ou da revista **Perspectiva Internacional** que você apresentar, você ganha a sua assinatura.

Promoção nº 1 - _____	3.000,00
Promoção nº 2 - _____	5.000,00
Promoção nº 3 - _____	15.000,00
Promoção nº 4 - _____	20.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

A Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57
CEP 05414

Desemprego do negro: uma questão política

A mulher negra

Onde estão os negros no Brasil? Quais suas condições de vida? Qual sua participação na riqueza coletivamente produzida e no poder de decisão?

Os últimos dados numéricos disponíveis são recentes — datam de 1976 — e sabemos que as condições de vida da comunidade oprimida no Brasil, de lá para cá, não sofreu alterações substanciais. Os dados mostram que não podemos atribuir à escravidão, a “culpa” da atual situação da população negra no Brasil e que devemos procurar no presente, suas raízes e motivações.

A reprodução deste processo chegou, em 1976, aos seguintes dados, conforme Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), do IBGE.

Na região Sul-Sudeste do país, que concentra investimentos de capital, a presença da população branca beira a casa dos 70%, enquanto igual quantidade de negros e mulatos estão espalhados pelo resto do Brasil.

Em termos de acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida, os setores agrícolas, da indústria da Construção Civil e prestação de serviços absorve 68% de Negros e Mulatos, contra 52% de brancos, sendo que, nos setores industriais avançados, a presença de negros, mulatos e pardos é extremamente inferior aos brancos.

Em termos de distribuição de renda, a situação é a seguinte: com rendimentos até um salário mínimo, estão 54% da população negra e mulata, enquanto a proporção de brancos nesta faixa é de 23,3%. Na faixa de dois a cinco salários mínimos, há 24% de brancos, contra 14,5% de negros. Com rendimentos superiores a cinco salários mínimos, há 16,4% de brancos, sendo de apenas 4,2 de negros com esta renda mensal.

Em termos educacionais, tais desigualdades sociais e raciais, o PNAD de 1976 indica 46% de negros, mulatos e pardos na categoria de sem instrução e menos de um ano de estudo, decaindo significativamente o contingente da comunidade negra que consegue completar 5 a 8 anos de estudos, chegando a ser insignificante o número de negros e mulatos que completam nove ou mais anos de estudos.

Na mesma pesquisa, a situação da mulher negra, nos meios urbanos, indica que 65% estão nos serviços domésticos. Nas atividades de nível médio, há 26% de mulheres brancas, enquanto a presença da mulher negra é de 11,6%. No nível superior de ocupação, a presença da mulher negra é de 1,5%, enquanto a mulher branca comparece com 5,3%. Mesmo aí, as diferenças salariais, contra a mulher negra, varia de 20 a 50%.

Temos que levar em consideração que estes dados foram levantados em 1976 e que não observamos os dados do Censo de 1980 e que são os mais conservadores possíveis, pois são oficiais.

Também é importante observar que a designação “negros, pardos e mulatos” refere-se ao tratamento dispensado ao item cor, pelo IBGE. Para o Movimento Negro Unificado, os negros e seus descendentes constituem uma só raça e um único povo.

Estes dados esclarecem a existência no Brasil de uma hierarquia tanto social, quanto racial, da divisão do trabalho, da divisão da riqueza, da divisão racial e social do espaço, da divisão racial, quanto social e sexual do trabalho e por isso mesmo, da divisão e hierarquia do poder.

Não é preciso recorrer ao rosário de números, para indicar qual o setor dos oprimidos mais prejudicados pela recessão e o desemprego e, conseqüentemente, mais interessado, numa luta efetiva contra a política governamental de sacrificar toda a população pobre, para salvar um modelo de desenvolvimento concentrador de recursos e riquezas.

SAIU!!! PERSPECTIVA Internacional N.º 5

1	Dossiê: O imperialismo, a crise e o movimento operário	
	A crise monetária mundial — Ernest Mandel	pág. 4
	O movimento operário europeu e a ofensiva de austeridade — Entrevista com Vicent Seriac	pág. 7
	Reagan ou a tentativa de restaurar uma hegemonia contestada — Cristian Piquet	pág. 12
	As lutas operárias nos EUA e Canadá — Will Reissner	pág. 16
	Os movimentos de mulheres face a crise — Penny Duggan	pág. 18
2	América Latina	
	Brasil: Impasse do movimento sindical — Regis Moraes	pág. 21
	Bolívia: A difícil estabilização burguesa — S. Romande	pág. 24
	A revolução Centro-Americana e seu impacto no México — Entrevista com Sergio Rodrigues	pág. 26
	Uruguai: O desgaste da ditadura — Julio Tayares	pág. 27
	Paraguai: Os impactos da internacionalização da economia — Carlos Alonso	pág. 28
3	Dossiê: Oriente Médio	
	A questão judaica hoje — Daniel Jebrac	pág. 31
	A guerra no Líbano: uma virada na situação do Oriente Médio — Resolução do Secretariado Unificado da Quarta Internacional	pág. 36
4	Notas	
	URSS: atividades da oposição anti-burocrática — Katia Schreiber	pág. 42
	Polónia: Solidarnosc quinze meses depois — Cyril Smuga	pág. 42
5	Solidariedade com El Salvador	

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - Sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Tirem as mãos da Nicarágua

Falando no teatro Ruben Dario, diante de centenas de dirigentes e representantes dos trabalhadores no ato central da comemoração do 1º de maio na Nicarágua, o coordenador da comissão política da Direção Nacional da FSLN rechaçou um por um os argumentos de Reagan, mostrando que por trás deles só existe a vontade política de converter a Nicarágua e a América Central no cenário de uma guerra.

Estamos transmitindo com urgência os onze pontos da dignidade, que são a resposta da Direção Nacional da FSLN ao discurso de Reagan. Este discurso foi pronunciado pelo Comandante Bayardo Arce no teatro Ruben Dario na celebração do 1º de maio.

"Por isto, irmãos trabalhadores, pela paz na Nicarágua e na América Central, a Direção Nacional da Frente Sandinista e o Governo de Reconstrução Nacional querem deixar claramente estabelecidos, de maneira oficial, uma vez mais, diante do governo dos Estados Unidos, dos governos da América Latina, da Organização das Nações Unidas, do Movimento dos Países Não-Alinhados e do resto da comunidade internacional, os pontos seguintes:

1 — Na atual situação de invasão militar que vive a Nicarágua, toda solução tem um requisito irrenunciável: a retirada incondicional das forças genocidas introduzidas na Nicarágua pelos Estados Unidos e a cessação dos ataques fronteiriços desde o território hondurenho que exerce permanentemente a contra-revolução somozista com o apoio militar das forças armadas de Honduras

2 — A cessação da presença norte-americana de barcos de guerra, dos vôos de aviões espiões e a participa-

ção da comunidade de inteligência dos Estados Unidos no financiamento, organização e direção de forças e planos abertos ou encobertos, contrários à nossa pátria.

3 — O governo da Nicarágua mantém sua disposição de melhorar o clima de relações com os Estados Unidos e iniciar de imediato negociações bilaterais diretas com base no respeito mútuo e no reconhecimento do direito à nossa auto-determinação

4 — De maneira oficial e explícita, o governo dos Estados Unidos deve comprometer-se a não continuar agredindo a Nicarágua, nem a continuar a promover nenhuma ação direta, indireta ou encoberta contra nosso país.

5 — Nicarágua vê-se forçada a rechaçar a pretensão dos Estados Unidos de impor humilhantes restrições às suas prerrogativas irrenunciáveis e soberanas, relacionadas com a defesa nacional.

6 — Frente ao tipo de agressão e ameaças que enfrentamos, não renunciaremos a dotar-nos dos meios indispensáveis para a nossa defesa.

Recebemos cooperação internacional, e continuaremos solicitando cooperação a todos aqueles governos que tenham por bem brindá-la, independente de seu regime político, econômico e social. Como política de princípio, declaramos que nosso país não se converterá jamais em base militar de ninguém.

7 — A respeito das acusações do fornecimento de armas aos guerrilheiros salvadoreños, insistimos na apresentação de provas. Ao mesmo tempo expressamos nossa disposição de discutir bilateralmente com os Estados Unidos estas preocupações.

8 — Nicarágua está disposta, como um sério gesto de reafirmação

da nossa vontade de paz, a subscrever de imediato pactos de não agressão com qualquer país que o considere necessário, e a apoiar negociações bilaterais com aqueles países da área que assim o requeiram.

9 — Assistimos a Contadora com uma firme disposição de paz. Embora não todos os resultados obtidos nos satisfaçam, no entanto Contadora é até agora e cada vez mais o principal esforço regional para contribuir para a paz na América Central e continuaremos fortalecendo esta iniciativa respaldada agora pelo Brasil e pelo Peru.

10 — Nicarágua como Estado soberano, no exercício do direito legítimo de nosso povo, não só defenderá sua revolução, como aspira aprofundá-la até alcançar a plena reconstrução do país, seu desenvolvimento econômico e social, defendendo o projeto de não alinhamento, pluralismo político e economia mista.

O processo de institucionalização da revolução sandinista continua e continuará. O Conselho de Estado, através das comissões respectivas, continuará trabalhando na elaboração da lei dos partidos políticos e no projeto de lei eleitoral que nos conduzirá ao cumprimento do que decidimos com o nosso povo, de realizar eleições em 1985.

11 — Frente às últimas provocações, que podem agravar a situação de pré-guerra que vive a região, da maneira mais enfática e determinante, rechaçamos as falsidades que divulga a administração do presidente Reagan a respeito da instalação potencial de foguetes soviéticos na Nicarágua, reafirmamos que isto só surgiu na mente da administração Reagan. Fraternalmente,

FSLN

Manágua, 2 de maio de 1983"

Guerra não declarada

"A guerra dos Estados Unidos contra a Nicarágua ainda é uma guerra não declarada mas não é por isso que deixa de ser uma guerra", afirmou a Direção Nacional da Frente Sandinista em uma declaração oficial dada a conhecimento recentemente.

Essa guerra não declarada tem sido sistematicamente denunciada pela própria imprensa dos Estados Unidos. Mesmo assim não só essa guerra tem continuado mas também têm sido cada vez mais sangrenta e envolvendo cada vez nas tropas armadas. Reagan para levar adiante sua política agressiva, tem mentido descaradamente ao povo norte-americano. Essas mentiras servem para burlar a própria Emenda Boland, adotada em 1982 pelo Congresso que proíbe que a CIA e o Pentágono promovam atividades "destinadas a derrubar o governo da Nicarágua ou provocar um conflito militar entre a Nicarágua e Honduras".

Na realidade, a atitude do governo

norte-americano frente o governo revolucionário sandinista não é nova. Desde 1972, logo depois da queda do governo somozista, conforme denunciou recentemente o *New York Times*, foram dados inícios aos preparativos para a derrubada daquele governo.

O plano do imperialismo

O governo norte-americano tem se esforçado para que isso aconteça o mais rapidamente possível. Não é por acaso que a embaixada norte-americana em Honduras é uma das maiores do mundo. São dezenas de assessores militares principalmente de origem latino-americana, que atualmente estão preparando as tropas somozistas. Mesmo assim, o governo Reagan considera como necessário aumentá-los. Para burlar o congresso, ele resolveu construir uma base em território hondurenho com o argumento de que ela seria para preparar as tropas contra-revolucionárias de El Salvador. Com

isso, foi possível mandar, de imediato, mais de cem novos assessores para a região.

A expressão assessor não é bem exata, já que já é mais que comprovado que alguns dos mesmos estão participando diretamente das ações militares. Entre quinze a vinte pilotos e técnicos da Força Aérea dos Estados Unidos baseados em Honduras participaram na operação denominada Royal Duke. É sabido que o espaço aéreo nicaraguense é invadido sistematicamente pelos aviões espiões dos Estados Unidos.

A invasão faz parte de um plano bem preciso do imperialismo. Trata-se de buscar conquistar uma parte do território nicaraguense e aí construir "um governo provisório", que seria de imediato reconhecido pelos Estados Unidos e seus aliados nessa operação. Contudo, as tropas sandinistas e o povo nicaraguense não permitiram isso. Os contra-revolucionários têm sido, apesar de todo o apoio do imperialismo, derrotados no campo de batalha.



Milton, Chico e Timóteo no apoio à Nicarágua

Mais de cinquenta entidades estão organizando um ato público de apoio à Nicarágua para o próximo dia 28, com a participação de Chico Buarque, Milton Nascimento e Aguinaldo Timóteo. Essa luta é de todos nós.

O Comitê Brasileiro de Solidariedade estará promovendo nos dias 19 e 20 próximos, na rua Bento Freitas, nº 306 uma jornada de solidariedade a El Salvador e à América Central.

dia 19 - 19:30 - abertura, com exposição de fotos e slides.

20:30 - lançamento de um livro de Milton Santos sobre El Salvador.

21:30 - apresentação de uma peça de teatro sobre a América Central apresentada pelo Grupo Galo de Briga.

dia 20 - 19:30 - apresentação audio-visual sobre El Salvador.

20:30 - debate sobre El Salvador e América Central com a participação de diversos convidados que estiveram em El Salvador.